



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LETÍCIA NUNES DE SOUZA COSTA

A GEOPOLÍTICA DAS CADEIAS GLOBAIS DE SUPRIMENTOS ENERGÉTICOS
NOS GOVERNOS TRUMP SOB A ÓTICA DO REALISMO OFENSIVO

JOÃO PESSOA

2026

LETÍCIA NUNES DE SOUZA COSTA

**A GEOPOLÍTICA DAS CADEIAS GLOBAIS DE SUPRIMENTOS ENERGÉTICOS
NOS GOVERNOS TRUMP SOB A ÓTICA DO REALISMO OFENSIVO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais do
Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA)
da Universidade Federal da Paraíba (UFPB),
como requisito parcial para obtenção do grau
de bacharel(a) em Relações Internacionais.

JOÃO PESSOA

2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C838g Costa, Letícia Nunes de Souza.

A geopolítica das cadeias globais de suprimentos energéticos nos governos Trump sob a ótica do realismo ofensivo / Letícia Nunes de Souza Costa. - João Pessoa, 2026.

64 f. : il.

Orientação: Ielbo Marcus Lobo de Souza.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Geopolítica da energia. 2. Realismo ofensivo. 3. Dominância energética. 4. Cadeias de suprimentos. 5. Contenção da China. I. Souza, Ielbo Marcus Lobo de. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327(043)

LETÍCIA NUNES DE SOUZA COSTA

"Geopolítica da cadeia global de suprimentos energéticos nos Governos Trump I e II, sob a ótica do Realismo Ofensivo"

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel(a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em 30 de julho de 2026

Documento assinado digitalmente
 IELBO MARCUS LOBO DE SOUZA
Data: 30/07/2026 15:58:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ielbo Marcus Lobo de Souza - (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba

Documento assinado digitalmente
 AUGUSTO WAGNER MENEZES TEIXEIRA JUNIOR
Data: 30/07/2026 16:17:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Augusto Wagner Menezes Teixeira Júnior - (Membro 2)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Documento assinado digitalmente
 HENRY IURE DE PAIVA SILVA
Data: 01/08/2026 18:18:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Henry Iure de Paiva Silva - (Membro 3)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

RESUMO

O presente trabalho analisa a instrumentalização das cadeias globais de suprimentos de petróleo e gás natural pelos Estados Unidos nos governos Trump I (2017–2021) e Trump II (2025–presente), sob a ótica do Realismo Ofensivo de John J. Mearsheimer. Fundamentado na premissa de que a anarquia do sistema internacional compele os Estados à maximização contínua do poder relativo, o estudo trata a energia como extensão contemporânea de riqueza e recursos enquanto base material do poder, articulando Venezuela, Irã e Europa como três frentes empíricas que evidenciam, respectivamente, movimentos de captura, interdição e substituição de fluxos energéticos. Por meio de uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada em análise documental de fontes primárias oficiais (National Security Strategy, National Defense Strategy, ordens executivas e relatórios institucionais de organismos como U.S. Energy Information Administration (EIA), International Energy Agency (IEA) e Conselho da União Europeia), e na comparação dos três estudos de caso, a pesquisa examina como as sanções à Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) e a captura do setor petrolífero venezuelano, a política de máxima pressão sobre o Irã e o estrangulamento do Estreito de Ormuz, e a substituição do eixo Rússia–Europa pelo GNL norte-americano compõem uma mesma estratégia de dominância energética. Os resultados demonstram que, embora direcionada a rivais e parceiros regionais distintos, essa estratégia converge sistematicamente na figura da China como compradora de última instância dos fluxos energéticos sancionados, evidenciando um mecanismo indireto, porém consistente, de contenção do principal rival sistêmico dos Estados Unidos. Conclui-se que a doutrina da dominância energética, formalizada nos documentos estratégicos oficiais dos dois mandatos Trump, opera como vetor coerente de maximização do poder relativo norte-americano, consolidação da hegemonia regional no Hemisfério Ocidental e contenção sistêmica da ascensão chinesa, confirmando a hipótese de que as três frentes analisadas não são episódios isolados, mas expressões articuladas de uma mesma estratégia de Estado.

Palavras-chave: Realismo Ofensivo; Geopolítica da Energia; Dominância Energética; Cadeias de Suprimentos; Contenção da China.

ABSTRACT

This study analyzes the instrumentalization of the global supply chains of oil and natural gas by the United States during the Trump I (2017–2021) and Trump II (2025–present) administrations, through the lens of John J. Mearsheimer's Offensive Realism. Grounded in the premise that the anarchy of the international system compels states to the continuous maximization of relative power, the study treats energy as a contemporary extension of wealth and resources as the material base of power, framing Venezuela, Iran, and Europe as three empirical fronts that illustrate, respectively, movements of capture, interdiction, and substitution of energy flows. Through a qualitative and exploratory approach, based on the documentary analysis of official primary sources (the National Security Strategy, the National Defense Strategy, executive orders, and institutional reports from bodies such as the U.S. Energy Information Administration (EIA), the International Energy Agency (IEA), and the Council of the European Union) and on the comparison of the three case studies, the research examines how the sanctions on Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) and the capture of the Venezuelan oil sector, the maximum-pressure policy toward Iran and the chokehold on the Strait of Hormuz, and the substitution of the Russia–Europe axis by U.S. LNG together compose a single strategy of energy dominance. The results show that, although directed at distinct regional rivals and partners, this strategy converges systematically on China as the buyer of last resort for the sanctioned energy flows, revealing an indirect yet consistent mechanism for containing the principal systemic rival of the United States. It is concluded that the doctrine of energy dominance, formalized in the official strategic documents of both Trump terms, operates as a coherent vector for maximizing U.S. relative power, consolidating regional hegemony in the Western Hemisphere, and systemically containing China's rise, confirming the hypothesis that the three fronts analyzed are not isolated episodes but articulated expressions of a single state strategy.

Keywords: Offensive Realism; Energy Geopolitics; Energy Dominance; Supply Chains; Containment of China.

SUMÁRIO

RESUMO.....	3
ABSTRACT.....	4
INTRODUÇÃO.....	7
1. REALISMO OFENSIVO E A POLÍTICA DE GRANDES POTÊNCIAS.....	12
1.1. FUNDAMENTOS DO REALISMO OFENSIVO: ANARQUIA, SOBREVIVÊNCIA E MAXIMIZAÇÃO DE PODER.....	12
1.2. AS CINCO PREMISSAS E OS PADRÕES COMPORTAMENTAIS DO ESTADO.....	13
1.3. HEGEMONIA REGIONAL VERSUS HEGEMONIA GLOBAL: A ESTRUTURA DO COMPORTAMENTO ESTRATÉGICO.....	14
1.4. GUERRAS PREVENTIVAS, GUERRAS DE OPORTUNIDADE E A DINÂMICA DA ESCALADA.....	16
1.5. DA UNIPOLARIDADE À MULTIPOLARIDADE: O COLAPSO DA ORDEM LIBERAL E AS BOUNDED ORDERS.....	17
1.6. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E DELIMITAÇÃO PARA ANÁLISE EMPÍRICA..	19
2. A PROJEÇÃO DA GEOPOLÍTICA DA ENERGIA SOBRE AS CADEIAS GLOBAIS DE SUPRIMENTOS.....	21
2.1. ENERGIA COMO VETOR DE PODER ESTATAL NO SÉCULO XXI.....	21
2.2. CADEIAS GLOBAIS DE SUPRIMENTOS DE PETRÓLEO E GÁS: FLUXOS E ESTRANGULAMENTOS.....	22
2.3. A TRANSFORMAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS EM EXPORTADOR LÍQUIDO DE ENERGIA.....	24
2.4. SANÇÕES UNILATERAIS EXTRATERRITORIAIS COMO INSTRUMENTO COERCITIVO: ANTECEDENTES E CONTINUIDADES.....	25
2.5. A DOCTRINA DA DOMINÂNCIA ENERGÉTICA E A CHINA COMO RIVAL SISTÊMICO.....	27
3. TRÊS FRENTES DA ESTRATÉGIA ENERGÉTICA: VENEZUELA, IRÃ E UNIÃO EUROPEIA.....	31
3.1. VENEZUELA: A CAPTURA DO SETOR PETROLÍFERO COMO SEGUNDA RESERVA ESTRATÉGICA.....	31
3.1.1 SANÇÕES À PDVSA (2019), LICENÇA GERAL 44 E O PAPEL DA CHEVRON.	32
3.1.2 A SUBSTITUIÇÃO DO MERCADO CHINÊS E A PRESSÃO INDIRETA SOBRE PEQUIM.....	34
3.1.3 A MILITARIZAÇÃO DO CARIBE E A PRESENÇA NAVAL AMPLIADA.....	35
3.1.4 DA COERÇÃO À CAPTURA: A INTERVENÇÃO DE JANEIRO DE 2026 E A REABERTURA DO SETOR.....	35
3.2. IRÃ: PRESSÃO MÁXIMA, "OPERAÇÃO MARTELO DA MEIA-NOITE" E O ESTRANGULAMENTO DO CORREDOR ASIÁTICO.....	36
3.2.1 A SAÍDA DO JCPOA (TRUMP I) E A CONTINUIDADE DA POLÍTICA DE MÁXIMA PRESSÃO (TRUMP II).....	37

3.2.2 OS ATAQUES DE JUNHO DE 2025 À INFRAESTRUTURA NUCLEAR IRANIANA.....	38
3.2.3 O ESTREITO DE ORMUZ E O CHOQUE SOBRE AS CADEIAS ASIÁTICAS.....	39
3.2.4 ISRAEL E O ACORDO LEVIATÃ–EGITO.....	41
3.3. EUROPA: A QUEBRA DO EIXO RÚSSIA–EUROPA E A CAPTURA DO MERCADO DE GNL.....	42
3.3.1 GUERRA NA UCRÂNIA, SANÇÕES E NORD STREAM.....	42
3.3.2 PREMEDITAÇÃO ESTRATÉGICA: O ESTUDO RAND (2019) E A ANTECIPAÇÃO DA DEPENDÊNCIA EUROPEIA.....	44
3.3.3 DE FORNECEDOR MARGINAL A DOMINANTE: A ASCENSÃO DO GNL AMERICANO NA EUROPA.....	45
3.3.4 A PRESSÃO SOB AS EXPORTAÇÕES RUSSAS E A FRONTEIRA ÁRTICA.....	47
3.4. A CHINA COMO COMPRADOR DE ÚLTIMA INSTÂNCIA: A CONVERGÊNCIA EMPÍRICA DAS TRÊS FRENTES.....	50
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	54

INTRODUÇÃO

Se a geopolítica consiste, como sustenta Lacoste (1976 apud Teixeira Júnior, 2017) em uma ciência do poder e para o poder, o embate por controle sobre o espaço, os recursos e as rotas que os conectam permanece, ainda hoje, uma das dimensões centrais da rivalidade entre Estados. Geopolítica e estratégia caminham lado a lado nesse empreendimento, ao encarar o expansionismo, a dominação e os movimentos de autodeterminação dos povos como parte de uma mesma história, na qual a guerra figura como uma ferramenta política fundamental (Teixeira Júnior, 2017). Mais do que um campo de saber sensível ao poder e às suas dinâmicas, a geopolítica é uma ciência do Estado, capaz de produzir elucidações estruturadas sobre as realidades presentes no sistema internacional (Teixeira Júnior, 2017).

Logo, a competição entre as grandes potências no século XXI envolve a disputa por poder, influência, projeção militar e relevância econômica, tendo nas cadeias globais de energia um dos seus vetores mais consequentes. O petróleo e o gás natural constituem, simultaneamente, um insumo material indispensável às economias industriais e um instrumento de coerção geopolítica, na medida em que o domínio sobre a oferta, as rotas de transporte e os mercados consumidores confere a quem o exerce um poder de influência capaz até mesmo de reduzir a necessidade do uso direto da força militar. O retorno da rivalidade sistêmica entre Estados Unidos e China, associado às crises sucessivas na Venezuela, no Irã e na Europa ao longo da última década, evidenciou como o controle dos fluxos energéticos globais tornou-se um vetor central dessa disputa contemporânea por poder relativo.

Esta pesquisa delimita-se à análise da geopolítica da cadeia global de suprimentos de petróleo e gás natural nos governos Trump I (2017–2021) e Trump II (2025–presente), sob a ótica do Realismo Ofensivo de John J. Mearsheimer. A investigação concentra-se em três frentes empíricas, Venezuela, Irã e Europa, nas quais os Estados Unidos operam, respectivamente, a captura de um ativo petrolífero estratégico, a interdição das exportações de um fornecedor rival e a substituição de um eixo histórico de abastecimento por fontes alinhadas a Washington. O escopo do trabalho prioriza os documentos estratégicos oficiais como a National Security Strategy e a National Defense Strategy, e os dados institucionais de organismos como a U.S. Energy Information Administration (EIA), a International Energy Agency (IEA) e o Conselho da União Europeia, examinando como a doutrina da dominância energética articula essas três frentes em torno de um mesmo objetivo declarado.

O fato de as crises energéticas nessas três frentes terem ocorrido de forma sucessiva e sob uma mesma diretriz política sugere um problema central que orienta a presente investigação: analisar como as intervenções dos Estados Unidos na Venezuela, no Irã e na Europa, ao longo dos governos Trump I e Trump II, constituem uma estratégia coordenada de instrumentalização das cadeias globais de suprimentos energéticos.

A hipótese que responde a essa indagação atesta que a Venezuela, o Irã e a Europa não configuram episódios isolados, mas frentes articuladas de uma mesma estratégia de dominância energética, por meio da qual os Estados Unidos mobilizam de forma combinada a captura de ativos petrolíferos, a interdição de rotas e exportações rivais e a substituição de fornecedores históricos. Sob essa ótica, assume-se que tal articulação atende a um duplo objetivo: maximizar o poder relativo norte-americano no sistema internacional e conter, ainda que indiretamente, a ascensão da China como rival sistêmico, em coerência com as previsões do Realismo Ofensivo sobre o comportamento de grandes potências sob anarquia.

Para validar a hipótese formulada, o objetivo geral deste estudo consiste em analisar, sob a ótica do Realismo Ofensivo, como as administrações Trump I e Trump II instrumentalizam a interdição, o redirecionamento e a captura das cadeias globais de suprimentos energéticos nos casos da Venezuela, do Irã e da Europa, com vistas a maximizar o poder relativo dos Estados Unidos, conter a ascensão da China como rival sistêmico e consolidar a hegemonia regional norte-americana. No plano dos objetivos específicos, a pesquisa propõe-se a examinar os fundamentos teóricos do Realismo Ofensivo aplicáveis à política energética norte-americana, com ênfase na anarquia internacional, na maximização de poder, na hegemonia regional e na contenção de aspirantes hegemônicos; a caracterizar a transformação dos Estados Unidos em exportador líquido de energia a partir de 2019 e a emergência da doutrina da dominância energética nos documentos estratégicos oficiais; a investigar comparativamente as três frentes da estratégia energética norte-americana, identificando continuidades e intensificações entre Trump I e Trump II; e a avaliar como a articulação entre as três frentes converge para a contenção sistêmica da China.

Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, articulada à análise documental e à comparação de estudos de caso, com o objetivo de examinar a coerência estratégica das políticas energéticas norte-americanas nos governos Trump I e Trump II à luz do Realismo Ofensivo. A escolha do desenho comparativo decorre da hipótese de que Venezuela, Irã e Europa configuram frentes articuladas de uma mesma estratégia, o que leva ao procedimento de comparação sistemática entre os três casos. Cada caso é lido à luz da categoria que melhor sintetiza a modalidade de instrumentalização energética em jogo — a captura do ativo petrolífero venezuelano, a interdição das exportações iranianas e a substituição do eixo Rússia–Europa —, e a leitura comparada busca identificar continuidades e intensificações entre Trump I e Trump II, bem como a convergência das três frentes sobre a contenção sistêmica da China.

O estudo estabelece diálogos com autores clássicos e contemporâneos da teoria realista das Relações Internacionais e a esse referencial somam-se análises contemporâneas sobre segurança energética, sanções extraterritoriais e cadeias globais de suprimentos, oriundas de produções acadêmicas, think tanks (RAND Corporation, CSIS, IAEE) e veículos de análise geopolítica. A análise documental sustenta a investigação empírica e mobiliza fontes primárias de natureza diversa: documentos estratégicos oficiais dos Estados Unidos, como a National Security Strategy e a National Defense Strategy; ordens executivas e fact sheets da Casa Branca, em especial os documentos relativos à doutrina da dominância marítima e energética; comunicados oficiais sobre acordos comerciais bilaterais, com destaque para o acordo Estados Unidos–União Europeia de 2025; transcrições de entrevistas de altos funcionários; declarações de governos adversários; e relatórios oficiais de organismos especializados, incluindo a U.S. Energy Information Administration (EIA), a International Energy Agency (IEA), o Conselho da União Europeia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). O levantamento bibliográfico e documental foi conduzido por meio das bases de dados Scopus, Scielo, Google Acadêmico e dos repositórios institucionais dos órgãos oficiais consultados.

O recorte temporal compreende o período de janeiro de 2017 a maio de 2026. Outras administrações americanas não constituem objeto de análise comparativa autônoma, sendo referenciadas pontualmente apenas quando necessárias à contextualização de continuidades estruturais ou de medidas conjunturais relevantes, como a Licença Geral 44 sobre o setor petrolífero venezuelano e a National Security Strategy de 2022. Reconhecem-se como limitações

inerentes ao estudo o caráter contemporâneo do objeto, com o segundo mandato Trump ainda em curso, e a necessidade de verificação cuidadosa entre fontes oficiais, acadêmicas e jornalísticas, especialmente nos eventos mais recentes.

Referencial Teórico

A presente pesquisa adota como marco teórico o Realismo Ofensivo, uma das principais teorias contemporâneas das Relações Internacionais voltadas à compreensão do comportamento das grandes potências, formulado por John J. Mearsheimer e sistematizado em *The Tragedy of Great Power Politics* (2014). Segundo essa teoria, a anarquia do sistema internacional compele os Estados à maximização contínua de seu poder relativo, tendo a sobrevivência como objetivo primordial. Mearsheimer não trata diretamente da dimensão energética do poder estatal, de modo que sua aplicação ao objeto desta pesquisa constitui extensão analítica, e não leitura literal do autor. Essa extensão apoia-se nos dois elementos centrais da teoria (Mearsheimer, 2014) que atravessam toda a análise empírica dos capítulos seguintes: a maximização contínua do poder relativo e a contenção de rivais sistêmicos, a partir dos quais se situa o controle das cadeias globais de suprimentos energéticos como instrumento estratégico coercitivo.

O detalhamento dessas premissas é desenvolvido no Capítulo 1, que percorre a anarquia internacional, a incerteza quanto às intenções alheias, a distinção entre hegemonia regional e hegemonia global, a dinâmica do dilema de segurança e da escalada, até a transição da unipolaridade à multipolaridade que enquadra a rivalidade sistêmica contemporânea. A construção teórica dialoga ainda com autores complementares como Waltz (1979), Herz (1950 apud Mearsheimer, 2025), Jervis (1978), Johnson e Thayer (2016) e Zhang (2022).

O trabalho estrutura-se em três capítulos logicamente encadeados. O Capítulo 1 apresenta os fundamentos do Realismo Ofensivo: a anarquia internacional, as premissas de Mearsheimer, a distinção entre hegemonia regional e hegemonia global, as dinâmicas de escalada e a transição da unipolaridade à multipolaridade, e forma a base sobre a qual se apoia a análise empírica. O Capítulo 2 discute a energia como vetor de poder estatal, as cadeias globais de suprimentos e seus pontos de estrangulamento (*chokepoints*), a transformação dos Estados Unidos em exportador líquido de energia e a formalização da doutrina da dominância energética nos documentos oficiais. O Capítulo 3 desenvolve a análise comparativa das três frentes empíricas: a

captura do setor petrolífero venezuelano, a interdição das exportações iranianas e o estrangulamento do corredor asiático, e a substituição do eixo Rússia–Europa pela captura do mercado europeu de GNL, evidenciando a convergência das três frentes na figura da China como compradora de última instância dos fluxos sancionados. O trabalho encerra-se com as Considerações Finais, que retomam os objetivos e a hipótese de pesquisa, sintetizam os achados da análise comparada e discutem os limites impostos pelo caráter ainda em curso do objeto investigado.

1. REALISMO OFENSIVO E A POLÍTICA DE GRANDES POTÊNCIAS

1.1. FUNDAMENTOS DO REALISMO OFENSIVO: ANARQUIA, SOBREVIVÊNCIA E MAXIMIZAÇÃO DE PODER

O Realismo Ofensivo de John J. Mearsheimer (2014) parte de um diagnóstico estrutural sobre a natureza anárquica do sistema internacional. Na acepção waltziana adotada por Mearsheimer, essa anarquia consiste na ausência de uma autoridade política supranacional capaz de garantir a segurança dos Estados (Waltz, 1979). Dessa forma, Mearsheimer (2025) defende que, como nenhum poder superior se coloca acima dos Estados para promover ordem e proteção diante de uma ameaça ou de um ataque, os atores estatais operam em um contexto internacional de guerra em potencial sempre presente, sem instância a que recorrer nestes períodos críticos.

No entanto, a anarquia internacional não é traduzida em caos. Antes, é uma configuração estrutural na qual os Estados são compelidos a operar segundo a lógica da autoajuda (*self-help*) e a buscar continuamente a maximização de seu poder relativo. Mearsheimer (2025, p. 14) argumenta que essa dinâmica configura aquilo que Herz (1950 apud Mearsheimer, 2025) denominou dilema de segurança: em tempos de paz, os Estados ainda precisam preparar-se para a guerra, ampliando suas capacidades militares; estes preparativos, por outro lado, são vistos como ameaças pelos potenciais rivais, que respondem na mesma medida, produzindo uma espiral de competição. Para o autor, a constante disputa pela vantagem militar é uma exemplificação visível da razão pela qual a guerra foi e é a principal característica da política internacional (Mearsheimer, 2025).

A intensidade dessa competição decorre de dois fatores adicionais. Primeiro, a guerra é, em sua essência, destrutiva e perigosa, e a possibilidade permanente de um Estado ser vítima de um conflito devastador reflete a intensidade das relações entre grandes potências (Mearsheimer, 2025). Segundo, o equilíbrio de poder é dinâmico e as intenções atuais e futuras dos demais Estados são difíceis de verificar ou validar. Como observa Mearsheimer (2025, p. 13), "o aliado de hoje pode rapidamente tornar-se o adversário de amanhã", citando como exemplo a reversão das alianças norte-americanas no pós-1945, quando a China e a União Soviética, parceiras na guerra contra o Eixo, converteram-se em adversárias dos Estados Unidos em poucos anos.

A sobrevivência, nesse contexto, estabelece o objetivo primordial e inegociável dos Estados. Mearsheimer (2025, p. 19) propõe, contudo, uma definição mais ampla do conceito,

segundo a qual sobrevivência "significa que um Estado mantém sua base física e sua capacidade de determinar seu próprio destino político, o que inclui a gestão tanto da política doméstica quanto da política externa". Ou seja, não é apenas sobre evitar a aniquilação militar total, mas também preservar a integridade territorial, a autonomia das instituições domésticas e a capacidade de conduzir uma política externa de forma independente. Tal formulação é particularmente relevante para a análise das dinâmicas contemporâneas, nas quais a coerção econômica, a interdição de cadeias de suprimentos e a captura de mercados consumidores constituem formas indiretas, porém eficazes, de erosão da soberania. Por trás dessa lógica, há um entendimento mais amplo de que os Estados frequentemente buscam o controle de recursos e territórios para além de suas fronteiras, a fim de proteger o que já possuem (Jervis, 1978), o que pode ser resumido como uma prática de expansão por segurança de recursos.

1.2. AS CINCO PREMISSAS E OS PADRÕES COMPORTAMENTAIS DO ESTADO

O Realismo Ofensivo estrutura-se sobre cinco premissas fundamentais como base lógica para formular suas previsões sobre o comportamento estatal. Conforme sintetizado por Johnson e Thayer (2016, p. 4), essas premissas são: (i) o sistema internacional é anárquico; (ii) as grandes potências possuem inerentemente capacidade militar ofensiva; (iii) os Estados nunca podem ter certeza sobre as intenções dos demais; (iv) a sobrevivência é o objetivo primordial; e (v) os Estados são atores racionais.

Da combinação dessas premissas derivam três padrões comportamentais recorrentes: o medo mútuo entre Estados, a autoajuda como princípio de organização e a maximização contínua de poder relativo (Johnson; Thayer, 2016). Como argumentam esses autores, o comportamento ofensivo-realista não decorre de qualquer agressividade inata dos líderes ou dos Estados, mas consiste em uma imposição estrutural do sistema (Johnson; Thayer, 2016). Essa formulação é central para a compreensão da teoria, pois esclarece que o Realismo Ofensivo não é uma teoria normativa sobre como os Estados deveriam comportar-se, mas uma teoria explicativa sobre as pressões sistêmicas que condicionam e influenciam suas escolhas estratégicas.

A premissa sobre a incerteza quanto às intenções alheias merece atenção especial. Mearsheimer (2010) destaca que, ao contrário das capacidades militares, que são empiricamente observáveis e mensuráveis, as intenções reais são difíceis de discernir e declarações oficiais podem não demonstrar o que de fato está na mente dos tomadores de decisão. Ainda que fosse

possível determinar as intenções presentes de um Estado, as intenções futuras ainda seriam incertas dada a dinâmica de mudança de governos e estratégias de política externa no longo prazo. Tal incerteza estrutural opera como motor permanente do dilema de segurança e fundamenta a tendência dos Estados à precaução máxima (Mearsheimer, 2010).

Cabe observar que, em sua formulação mais recente, Mearsheimer (2025, p. 10) acrescenta uma dimensão complementar à explicação do comportamento estatal: a política, em si mesma, "é uma empresa profundamente competitiva e potencialmente violenta". Indivíduos, grupos e Estados invariavelmente apresentam divergências sobre questões fundamentais como sistemas de crenças, interesses, concepções de vida boa, e nem sempre a razão é suficiente para conduzir à conciliação. Quando a conciliação falha em torno de questões verdadeiramente relevantes, a violência converte-se em possibilidade real. É essa possibilidade da violência que distingue, para Mearsheimer (2025), a política de outras formas de interação social, e é dela que decorre, no plano internacional, a centralidade permanente da guerra.

1.3. HEGEMONIA REGIONAL VERSUS HEGEMONIA GLOBAL: A ESTRUTURA DO COMPORTAMENTO ESTRATÉGICO

Um pressuposto central do Realismo Ofensivo, fundamental para a análise empreendida nesta pesquisa, é a distinção entre hegemonia global e hegemonia regional. Mearsheimer (2010, p. 387) argumenta que a hegemonia global é inalcançável devido às restrições impostas pela projeção de poder através de grandes massas oceânicas, fenômeno nomeado de *stopping power of water*. Como observa o autor, "o maior desafio frente à tentativa de dominação mundial é a projeção de poder sobre grandes distâncias, em particular entre os oceanos Atlântico e Pacífico" (Mearsheimer, 2010, p. 387).

Dada essa limitação estrutural, o objetivo realista das grandes potências é, em primeiro lugar, assegurar a hegemonia em sua própria região geográfica e, em seguida, impedir que potências rivais alcancem hegemonia equivalente em outras regiões estratégicas. Mearsheimer (2010) define o hegemom regional como "um país tão poderoso que domina todos os demais Estados", ou seja, não sofre resistência ou ameaça militar real de outro Estado. Os Estados Unidos, segundo o autor, constituem o único hegemom regional consolidado da história moderna, status alcançado ao longo de mais de um século de expansão continental e exclusão das potências europeias do Hemisfério Ocidental, processo consolidado pela doutrina Monroe e pelo

colapso, em 1898, do último império europeu nas Américas através da Guerra Hispano-Americana (Mearsheimer, 2010).

A lógica da contenção de aspirantes hegemônicos em outras regiões decorre diretamente dessa configuração. Como argumenta Mearsheimer (2010), potências regionais buscam impedir a ascensão de rivais em outras áreas geográficas para evitar adversários fortes e com liberdade global. Esse bloqueio visa proteger o "quintal" do hegemom original, evitando que o rival concentre esforços em ameaças diretas. A história das relações internacionais do século XX é, sob essa ótica, marcada pela atuação dos Estados Unidos no bloqueio sucessivo de aspirantes hegemônicos: a Alemanha imperial, o Japão imperial, a Alemanha nazista e a União Soviética. Em todos os cenários, Washington atuou, isoladamente ou em coalizões, para impedir que tais potências consolidassem domínio sobre Eurásia ou Ásia (Mearsheimer, 2010).

Em *The Gathering Storm* (2010), Mearsheimer afirma que "a China não pode ascender pacificamente" (Mearsheimer, 2010, p. 382) e discorre os motivos em três pontos. Primeiro, a impossibilidade de verificar intenções futuras impede que declarações pacíficas de Pequim ofereçam garantias concretas a seus vizinhos ou a Washington (Mearsheimer, 2010). Segundo, a distinção entre capacidades militares ofensivas e defensivas é, na prática, indeterminável: a marinha chinesa, descrita por seus líderes como instrumento de "Defesa de Mar Distante", desenvolve capacidades de projeção de poder que serão naturalmente percebidas como ofensivas por seus rivais regionais (Mearsheimer, 2010). Terceiro, a moderação do comportamento chinês até o presente reflete uma capacidade ainda limitada, não uma intenção pacífica estrutural. Tal limitação, de acordo com o autor, está em vias de ser superada (Mearsheimer, 2010).

A consequência projetada por Mearsheimer (2010) sustenta que a China buscará hegemonia na Ásia-Pacífico, replicando o comportamento dos Estados Unidos da América (EUA) de afastar potências externas de sua zona de influência. Como reação, os Estados Unidos atuarão na contenção e enfraquecimento do crescimento chinês. Neste sentido, Zhang (2022) traz elucidações importantes acerca da intensificação do antagonismo e competição estratégica entre ambos os países, especialmente durante as administrações de Donald Trump com a aplicação de duras tarifas comerciais, embargo tecnológico e restrição a investimentos chineses em setores de alta tecnologia.

Vale ressaltar que Zhang destaca essa virada do realismo defensivo para o ofensivo a partir do governo Obama (2011) com a campanha *Pivot to Asia*, porém no governo Trump tal

política está ainda mais acentuada. Logo, observa-se que o argumento central do autor não está atrelado a governos de forma isolada, mas a um enquadramento estrutural e de pressão sistêmica. Ou seja, há uma lógica competitiva do sistema internacional anárquico que conduz a política dos EUA sob a linha realista ofensiva (Zhang, 2022).

1.4. GUERRAS PREVENTIVAS, GUERRAS DE OPORTUNIDADE E A DINÂMICA DA ESCALADA

Da centralidade da sobrevivência e da imprevisibilidade das intenções alheias decorre, no Realismo Ofensivo, uma compreensão particular do recurso à guerra. Mearsheimer (2025) adota a perspectiva clausewitziana segundo a qual a guerra é "uma extensão da política por outros meios", e dela deriva a tese de que guerras preventivas e guerras de oportunidade são características recorrentes e inevitáveis da política internacional. Guerras preventivas, segundo o autor, visam conter a deterioração no equilíbrio de poder, enquanto guerras de oportunidade são focadas em maximizar poder e segurança em cenários estáveis ou alcançar algum outro objetivo político (Mearsheimer, 2025).

Para o autor, as normas internacionais e os princípios morais proíbem esses tipos de guerra, mas essa proibição é ineficaz para controlar o comportamento das grandes potências (Mearsheimer, 2025). Como o sistema internacional é anárquico e carece de um governo central com poder para punir os infratores, cada país é obrigado a agir por conta própria para garantir sua própria sobrevivência (Mearsheimer, 2025). Por essa razão, as grandes potências priorizam seus interesses de segurança e ignoram as regras internacionais sempre que sentem que sua integridade está ameaçada, embora continuem construindo discursos públicos com aparência de apoio e respeito ao direito internacional.

A esta lógica dentro de conflitos, soma-se uma dinâmica de escalada que Mearsheimer (2025) considera particularmente relevante para a compreensão das guerras contemporâneas. O autor infere que "guerras limitadas, especialmente entre grandes potências, tendem a escalar para guerras absolutas ou totais, nas quais o objetivo é obter uma vitória decisiva" (Mearsheimer, 2025, p. 28). Quatro lógicas operam nessa direção. Em primeiro lugar, o sucesso inicial em uma guerra limitada tende a ampliar as estratégias do atacante, levando à expansão dos objetivos originais, como exemplificado pelo autor a partir da decisão norte-americana após o bem-sucedido desembarque em Incheon em setembro de 1950, para invadir a Coreia do Norte

para além do paralelo 38 (Mearsheimer, 2025). Em segundo lugar, o fracasso inicial também pode produzir um agravamento, na medida em que a perspectiva de derrota incentiva tanto líderes políticos quanto militares a redobrar esforços, intensificando o conflito (Mearsheimer, 2025). Em terceiro lugar, conflitos prolongados tendem a produzir o ataque deliberado a populações civis, fenômeno documentado por Downes nos bombardeios estratégicos das duas guerras mundiais. Em quarto lugar, existe o risco de escalada inadvertida, decorrente da expansão de listas de alvos militares que o adversário interpreta como excessivamente ameaçadoras, gerando uma espiral não intencional (Mearsheimer, 2025).

Na atual era nuclear, essa tendência à escalada apresenta uma dimensão delicada e particularmente perigosa. Embora o autor reconheça que a guerra entre potências nucleares é menos provável devido à lógica da destruição mutuamente assegurada, ele argumenta que conflitos convencionais entre rivais nucleares ainda permanecem possíveis, assim como o uso limitado de armas nucleares para fins de barganha estratégica (Mearsheimer, 2025). A combinação entre a propensão estrutural à escalada e o caráter catastrófico de uma guerra nuclear total impõe, segundo Mearsheimer (2025), o imperativo de manter os conflitos sob firme controle político, apesar de ser um desafio com dificuldades crescentes em seu cumprimento na prática.

1.5. DA UNIPOLARIDADE À MULTIPOLARIDADE: O COLAPSO DA ORDEM LIBERAL E AS BOUNDED ORDERS

A análise da política internacional contemporânea, na perspectiva do Realismo Ofensivo, requer compreensão da transição sistêmica em curso. Mearsheimer (2019) identifica três configurações sistêmicas distintas desde 1945: o sistema bipolar que vigorou entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o colapso da União Soviética em 1991; o momento unipolar que se estendeu de 1991 até aproximadamente 2017, sob hegemonia dos Estados Unidos; e o sistema multipolar emergente, no qual China e Rússia retornam à condição de grandes potências. Como sintetiza o autor, "por volta de 2017, China e Rússia haviam desenvolvido capacidades econômicas e militares suficientes para qualificar-se como grandes potências, tornando o mundo multipolar" (Mearsheimer, 2025, p. 7, nota 1).

Cada configuração sistêmica corresponde, segundo Mearsheimer (2019), a um tipo distinto de ordem internacional. Sob bipolaridade ou multipolaridade, a ordem internacional é

necessariamente realista, na medida em que duas ou mais grandes potências competem entre si por poder e influência. Sob unipolaridade, a ordem é, em princípio, não realista, e está suscetível a assumir caráter ideológico quando o polo dominante é movido por uma ideologia universalista, ou agnóstico, quando não o é (Mearsheimer, 2019). A ordem liberal internacional construída pelos Estados Unidos após a Guerra Fria constituiu, segundo Mearsheimer (2019), o exemplo histórico mais consequente de ordem ideológica unipolar, fundamentada na crença liberal na universalidade dos direitos individuais e na possibilidade de remodelar o mundo segundo princípios democrático-liberais.

A tese principal da obra *Bound to Fail* aponta que a ordem liberal global estava condenada ao colapso desde o princípio por carregar suas próprias contradições internas (Mearsheimer, 2019). Esse declínio é explicado por três erros fundamentais: as tentativas forçadas de espalhar a democracia pelo mundo em contraponto à força do nacionalismo nas sociedades-alvo, gerando guerras desastrosas como as do Afeganistão, do Iraque, da Líbia e da Síria, e hostilidade com Rússia e China (Mearsheimer, 2019); a ênfase em fronteiras porosas e na delegação de autoridade a instituições internacionais entrou em choque com as concepções nacionalistas de soberania e identidade dentro das próprias democracias liberais, alimentando movimentos políticos contrários à ordem como o Brexit e a eleição de Donald Trump (Mearsheimer, 2019); e a hiperglobalização, que produziu perdas de empregos, estagnação salarial e crescente desigualdade nas economias ocidentais enquanto impulsionava economicamente a China, contribuindo de modo direto para o fim da unipolaridade (Mearsheimer, 2019).

A consequência sistêmica desse colapso é a emergência, segundo Mearsheimer (2019), de três ordens realistas operando simultaneamente. Em primeiro lugar, uma ordem internacional realista de escopo restrito (*thin*), voltada principalmente à gestão da economia global, ao controle de armamentos e ao enfrentamento de problemas dos bens comuns globais, como as mudanças climáticas. Em segundo e terceiro lugar, duas *bounded orders* (ordens delimitadas) lideradas respectivamente pelos Estados Unidos e pela China, voltadas à competição estratégica entre as duas potências, com dimensões econômica e militar articuladas. Como argumenta o autor, o cenário geopolítico atual será marcado por uma disputa total, tanto na economia quanto na segurança, entre as esferas de influência criadas por Pequim e Washington (Mearsheimer, 2019). Essa nova dinâmica reflete o mesmo padrão de rivalidade e competição como visto entre a União

Soviética e os Estados Unidos durante o século XX, indicando que a fragmentação do sistema internacional em blocos concorrentes forçará as duas superpotências a competirem intensamente em todas as frentes de poder.

De forma semelhante, Zhang (2022) defende que a competição estratégica dá início a uma trajetória que dificilmente será revertida e estabelece uma dependência de trajetória (*path dependency*), e abre possibilidades para uma nova Guerra Fria, em coerência teórica com a argumentação de Mearsheimer discutida acima.

Para a presente pesquisa, a doutrina da "dominância energética" formulada pelos governos Trump possui uma expressão coerente da construção de uma bounded order norte-americana, em que a energia opera como vetor central de poder econômico, militar e coercitivo. Em adição, também permite compreender a contenção da China como projeto estratégico de longo prazo, voltado à preservação da hegemonia regional norte-americana e ao bloqueio da emergência de um aspirante hegemônico na Ásia-Pacífico. Por último, oferece uma base teórica clara para as recomendações de política externa formuladas por Mearsheimer (2019), que defende que os Estados Unidos abandonem o projeto da ordem liberal e construam uma ordem delimitada robusta, capaz de conter a expansão chinesa, em alinhamento com as políticas observadas nas administrações Trump I e Trump II.

1.6. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E DELIMITAÇÃO PARA ANÁLISE EMPÍRICA

A apresentação dos fundamentos do Realismo Ofensivo conduzida neste capítulo ancora o quadro teórico ao objeto de pesquisa. Quatro elementos da teoria são especialmente relevantes para a análise das três frentes empíricas examinadas no capítulo 3, Venezuela, Irã e Europa.

Em primeiro lugar, a centralidade da maximização do poder relativo permite compreender por que os Estados Unidos, ainda na condição de potência militarmente dominante e energeticamente autossuficiente, intensificaram a coerção sobre fornecedores energéticos rivais ao longo da última década. Na perspectiva realista ofensiva, a busca por vantagem não cessa quando a segurança imediata é assegurada: ela é estrutural e permanente, condicionada pela anarquia e pela incerteza quanto às intenções alheias.

Em segundo lugar, a distinção entre hegemonia regional e hegemonia global reforça a lógica estratégica do redirecionamento das cadeias energéticas globais para o Hemisfério Ocidental como medida coerente com a doutrina histórica de exclusão de potências rivais da

zona de influência imediata dos Estados Unidos e de bloqueio à consolidação de um aspirante hegemônico asiático.

Em terceiro lugar, a tese do colapso da ordem liberal e da emergência de ordens delimitadas rivais fornece o enquadramento sistêmico no qual a doutrina da dominância energética forma a construção de uma *bounded order* norte-americana voltada à contenção sistêmica da China.

Em quarto e último lugar, a propensão estrutural do sistema à escalada agressiva manifesta-se de forma nítida na recente postura militar e geopolítica dos Estados Unidos, marcada tanto pela iniciação de conflitos quanto pela expansão radical de seus objetivos de segurança. Esse comportamento estratégico reflete-se em episódios críticos do cenário internacional recente, com destaque para a Operação Martelo da Meia-Noite (*Operation Midnight Hammer*) contra a infraestrutura nuclear do Irã em junho de 2025, e, simultaneamente, a militarização do Caribe sob a Operação Lança do Sul (*Southern Spear*). Essa mobilização naval, articulada sob a justificativa de combate ao narcotráfico, operou como um instrumento de coerção multidimensional focado no estrangulamento do setor petrolífero venezuelano e na contenção da penetração de potências extrarregionais rivais na zona de influência imediata americana. Ambas as ações exemplificam uma clara transição de medidas de pressão econômica para intervenções militares diretas, reafirmando a disposição de Washington em buscar a mudança forçada de regimes políticos em Teerã e Caracas sempre que julgar que o equilíbrio regional de poder ameaça seus interesses vitais de segurança.

Cabe ressaltar que o Realismo Ofensivo, enquanto teoria do comportamento estatal sob anarquia, não pretende esgotar todas as dimensões explicativas das relações internacionais. Tal escolha como marco teórico nesta pesquisa justifica-se pela aderência analítica entre as premissas pretendidas e o objeto investigado: uma estratégia de Estado voltada à maximização de poder relativo, à contenção de aspirantes hegemônicos e à reconfiguração de cadeias globais de suprimentos em chave coercitiva.

2. A PROJEÇÃO DA GEOPOLÍTICA DA ENERGIA SOBRE AS CADEIAS GLOBAIS DE SUPRIMENTOS

2.1. ENERGIA COMO VETOR DE PODER ESTATAL NO SÉCULO XXI

A energia representa, no século XXI, uma das dimensões materiais mais consequentes do poder estatal. O petróleo e o gás natural são indispensáveis ao transporte, à geração de eletricidade, à atividade industrial e à projeção de força militar, condição que os converte simultaneamente em insumo estratégico e em variável política. Os mercados de energia estão intimamente ligados à segurança global e à estabilidade econômica, observam Al Fadhel e Fadhel (2026), evidenciando a grande e contínua sensibilidade dos sistemas energéticos às tensões geopolíticas, com implicações de longo alcance para os mercados, as políticas públicas e os investimentos.

A relevância contemporânea da energia dentro do contexto da política internacional possui duas vertentes. Além de ser um insumo material indispensável, também é uma variável estratégica que pode ser aplicada como instrumento coercitivo. Por conseguinte, obter um fluxo confiável de hidrocarbonetos é essencial para economias industriais modernas, bem como o suprimento de combustível para a operação da máquina militar. Em adição, é evidente o poder de um Estado que controla a oferta energética, rotas, mercados consumidores e até instituições financeiras relacionadas ao comércio energético, dado que dispõem de ferramentas de influência e constrangimento, tornando o uso direto de força militar secundário. Ambas as vertentes retratam a maximização do poder relativo de forma aplicada, como condição estrutural do comportamento de grandes potências sob a anarquia internacional, dentro do setor energético.

Apesar das atuais tentativas e buscas por diversificação da matriz energética e do crescente investimento em fontes renováveis, Al Fadhel e Fadhel (2026) registram que os hidrocarbonetos permanecem essenciais ao funcionamento das economias industriais. Tal fenômeno ocorre com ainda mais ênfase nas economias asiáticas, onde a demanda pela importação de hidrocarbonetos tem crescido de forma expressiva nas últimas décadas, de forma a ampliar a dependência estrutural do fornecimento externo. Esse padrão de dependência pode ser configurado pela teoria realista ofensiva como vulnerabilidade estratégica, com risco de ser explorado por outras potências que possuam maior capacidade energética, seja por meio da

manipulação estratégica dos fluxos comerciais, como o redirecionamento de exportações, ou, em cenários extremos, pela ameaça de interdição de rotas de transporte estratégicas.

2.2. CADEIAS GLOBAIS DE SUPRIMENTOS DE PETRÓLEO E GÁS: FLUXOS E ESTRANGULAMENTOS

O fluxo da cadeia global de suprimentos energéticos é mais abrangente do que apenas seus produtores e consumidores, englobando países que desempenham outras funções estratégicas no fornecimento e transporte energético para alcançar os mercados de destino. Heuck, Kreysel e Schiffer (2025) apontam para regiões-chave de abastecimento por gasoduto à Europa: a Rússia, a Noruega, o Reino Unido, o Norte da África e o Corredor do Cáspio, representado pelo Azerbaijão. Ainda, existem as rotas marítimas com navios-tanque para o fornecimento de GNL pelo Mar do Norte e Mar Báltico partindo da Noruega e da Rússia; pelo Atlântico, das origens Estados Unidos e de Trinidad e Tobago; ao longo da costa africana, com origem em Angola, Guiné Equatorial e Nigéria; e pelo Mediterrâneo, com cargas da Argélia, do Egito, do Catar, de Omã, de Singapura e dos Emirados Árabes Unidos (Heuck; Kreysel; Schiffer, 2025). Outro país com posição relevante para a cadeia global energética é a Turquia, pois apesar de não possuir reservas energéticas expressivas, controla rotas terrestres que conectam as regiões mais ricas em hidrocarbonetos do mundo à Europa, tornando-se um corredor indispensável para o gás azerbaijano via o Corredor Sul do Gás e para os fluxos remanescentes de gás russo via TurkStream (Novikau; Muhasilović, 2023). Por outro lado, o Azerbaijão, situado perto de regiões ricas em energia, é o único fornecedor confiável da região para trânsito à Europa no curto e médio prazo, dado que Rússia, Irã, Iraque, Turcomenistão e Israel enfrentam obstáculos políticos ou de segurança que limitam sua integração plena à cadeia europeia de suprimentos (Novikau; Muhasilović, 2023). Essa conjuntura global, além de complexa, acresce à segurança energética global fatores variáveis que dependem não apenas da capacidade de produção, mas de uma inteira rede de fornecimento e trânsito que conecta produtores a consumidores. Logo, tal condição torna os pontos de estrangulamento dessa cadeia alvos estratégicos.

A geografia do comércio energético global é organizada em torno de pontos de estrangulamento, denominados em inglês como *chokepoints*, que são canais estreitos amplamente utilizados em rotas marítimas vitais para a segurança energética mundial, movimentando grandes volumes de petróleo e outros líquidos como o GNL (EIA, 2026b). No

cenário de bloqueio em um ponto de estrangulamento, os efeitos são imediatos e resultam em atrasos no fornecimento e aumento dos custos de transporte e, consequentemente, nos preços mundiais de energia (EIA, 2026b). No relatório da Administração de Informação Energética dos EIA (EIA) do primeiro semestre de 2025, foi estimado que 76% da oferta mundial total de petróleo e outros líquidos foram transportados por via marítima, com destaque especial para os pontos de estrangulamento mais críticos: o Estreito de Ormuz com o acesso ao Golfo Pérsico, e o Estreito de Malaca, que conecta os oceanos Índico e Pacífico (EIA, 2026).

Al Fadhel e Fadhel (2026) defendem que o Estreito de Ormuz constitui o ponto de estrangulamento marítimo mais crítico do sistema energético global, dada a interdependência estrutural entre os produtores do Golfo e os consumidores asiáticos, configurada pela expansão da demanda energética em economias como China, Índia, Japão e Coreia do Sul. (Al Fadhel e Fadhel, 2026). Desse modo, uma instabilidade na região, seja por conflito armado, sanções ou interdição naval, propaga-se com rapidez aos mercados asiáticos, afetando preços, custos logísticos e disponibilidade de combustíveis. Essa dependência asiática estrutural torna o controle indireto sobre o Golfo um instrumento de pressão política particularmente eficaz sobre a China, examinado com mais detalhe na seção 3.2.3. O recente conflito iraniano ilustra esse mecanismo em escala concreta: segundo dados da LSEG (*London Stock Exchange Group*) citados por Al Fadhel e Fadhel (2026), as tensões de 2025-2026 retiraram inicialmente quase 18% da oferta global de GNL do mercado, sobretudo em razão da paralisação do complexo de liquefação de Ras Laffan, o centro de exportação de GNL mais essencial do Golfo, no Catar. Consequentemente, o efeito sobre as economias asiáticas foi imediato, gerando perdas imediatas após a interrupção dos fluxos, levando importadores asiáticos a buscar cargas substitutas nos Estados Unidos e na África Ocidental e elevando de forma acentuada os custos de frete e de seguro contra riscos de guerra. Tal redistribuição forçada dos compradores asiáticos revela o protagonismo e a posição de destaque dos Estados Unidos nesta corrida dentro do mercado energético. O mercado europeu também sofreu com a volatilidade dos preços de gás natural na Europa em 2025. Heuck, Kreysel e Schiffer (2025) observam essa movimentação esteve associada, entre outros fatores, à guerra na Ucrânia e aos conflitos no Oriente Médio, incluindo o confronto entre Israel e Irã, que elevaram o risco de interrupções no fornecimento e o custo do transporte. Dados recentes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEC) trazem que, em maio de 2026, o preço de referência europeu do gás natural (TTF) subiu 4,9% em

relação ao mês anterior, dado o risco geopolítico mais elevado em meio às disrupções contínuas no Oriente Médio e à concorrência por cargas de GNL vindas dos mercados asiáticos, pressão agravada por níveis de armazenamento europeus ainda significativamente abaixo da média sazonal e abaixo do patamar de 50% e 8 pontos percentuais inferiores ao mesmo período do ano anterior (OPEC, 2026). Diante desse quadro, a própria União Europeia adotou medidas de apoio para amortecer o impacto da alta dos preços de energia decorrente das disrupções em curso no mercado global de petróleo (OPEC, 2026). Essa dinâmica reforça o argumento de que os chokepoints operam como rede global interconectada, cujas rupturas ultrapassam fronteiras regionais e repercutem inclusive sobre mercados historicamente mais resilientes, como o europeu.

2.3. A TRANSFORMAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS EM EXPORTADOR LÍQUIDO DE ENERGIA

A capacidade dos Estados Unidos de instrumentalizar as cadeias energéticas globais como vetor de poder relativo está condicionada, em sua essência, a uma transformação estrutural de sua própria posição no sistema energético internacional. Uma das ações centrais que corroborou nesta transformação foi a revolução do xisto, processo de desenvolvimento e aplicação de técnicas que permitiram uma extração mais rentável de petróleo e gás de formações rochosas antes inacessíveis (EIA, 2026a). A retrospectiva anual de energia da EIA de 2025 também apontou que a produção doméstica de petróleo bruto aumentou mais rapidamente do que o projetado no cenário de referência, especialmente a partir de 2010. Com o aumento da produção, as importações líquidas de petróleo diminuíram mais rapidamente do que o previsto (EIA, 2026a). Soma-se a isso a inovação do setor privado mesmo diante de riscos e preços globais de energia elevados, como também as políticas energéticas e a revogação, em 2015, da proibição americana às exportações de petróleo bruto (IEA, 2025). Logo, diversos fatores em conjunto contribuíram na reformulação dos mercados globais de petróleo, colocando os Estados Unidos em uma posição importante como produtor mundial de petróleo e ampliando a resistência do mercado frente às oscilações no fornecimento energético (IEA, 2025).

Os Estados Unidos tornaram-se exportador líquido de energia, com exportações totais superando as importações totais. Para ilustrar, dados recentes da EIA (2025) revelam os resultados da extensão e da persistência dessa transformação. As exportações totais de energia

dos EUA atingiram níveis recordes em 2024, cerca de 30,92 quatrilhões de unidades térmicas britânicas (quads), com um aumento de aproximadamente 4% em relação a 2023, e a margem entre exportações e importações alcançou cerca de 9,26 quads, a maior margem anual já registrada. Os Estados Unidos consolidam-se, simultaneamente, como o maior produtor mundial de petróleo, gás e derivados refinados, e como o maior exportador mundial de GNL (EIA, 2025).

Dados do Conselho da União Europeia confirmam essa inversão de dependência: os Estados Unidos tornaram-se o maior fornecedor de GNL à União Europeia, respondendo por aproximadamente 58% do total das importações europeias do produto, com triplicação das importações vindas dos EUA entre 2021 e 2025 (Conselho da União Europeia, 2025).

2.4. SANÇÕES UNILATERAIS EXTRATERRITORIAIS COMO INSTRUMENTO COERCITIVO: ANTECEDENTES E CONTINUIDADES

A instrumentalização coercitiva das cadeias energéticas globais pelos Estados Unidos não é novidade dos governos Trump. Portanto, compreender seus antecedentes é fundamental para revelar o que há de estrutural, e não conjuntural, na estratégia contemporânea. Na década de 1990, a administração Clinton recorreu a instrumentos legais de alcance extraterritorial, como o Helms-Burton Act, voltado contra Cuba, e o Iran-Libya Sanctions Act (ILSA), de 1996, para disciplinar e regular o comportamento comercial de empresas estrangeiras operando inteiramente fora do território norte-americano (Coleman; Graham, 1997). O objetivo era punir, com restrições ao acesso ao sistema financeiro e ao mercado americanos, qualquer empresa que investisse acima de determinado limiar no desenvolvimento de recursos energéticos iranianos. Coleman e Graham (1997) caracterizavam o movimento como uma virada mais agressiva e extraterritorial da política econômica americana com viés expansível para outros países e setores, concluindo que tais sanções tenderiam a gerar retaliação, disputas na OMC e enfraquecimento da credibilidade jurídica dos próprios Estados Unidos. Atualmente, é possível inferir que houve, na verdade, um movimento em prol da institucionalização da política expansionista americana. Esses instrumentos, todavia, operavam sob constrangimentos que limitavam sua eficácia imediata. Segall (1998) caracteriza 1997 como ano de relativa contenção: diante da pressão diplomática europeia e do risco de contestação na OMC, o governo Clinton optou por não aplicar sanções punitivas contra as empresas estrangeiras. O caso mais emblemático foi a joint venture de mais de US\$ 2 bilhões para o desenvolvimento do campo de gás South Pars, no Irã,

envolvendo Total, Gazprom e Petronas, sendo uma operação que violava o ILSA, mas que não sofreu punição (Segall, 1998). A barreira era estrutural e não apenas vontade política, dado que os Estados Unidos ainda dependiam de importações energéticas, o que tornava a coerção sobre fornecedores rivais politicamente custosa e estrategicamente contraditória (Segall, 1998).

Os governos seguintes mantiveram, cada um a seu modo, a energia como prioridade geopolítica, sem recorrer ao instrumento sancionatório extraterritorial nos mesmos termos do ILSA. A administração George W. Bush (2001-2009) caracterizou-se pela projeção de poder eurasiático com traços unilaterais e por forte influência de grupos de interesse do setor energético sobre a formulação da política externa, a fim de reduzir a vulnerabilidade energética norte-americana (Pecequillo; Jaeger, 2019). Barack Obama (2009-2017), por sua vez, oscilou entre a geopolítica tradicional na Eurásia e uma agenda de inovação, combinando a diversificação de mercados fornecedores e o investimento em energias renováveis, formalizados no Clean Power Plan (2015) e na assinatura do Acordo de Paris, com o fomento simultâneo ao desenvolvimento doméstico de petróleo e gás (Pecequillo; Jaeger, 2019).

A ascensão de Donald Trump à presidência, em 2017, sustentada no discurso "*America First*", tornou a dominância energética o eixo declarado da política energética do país, associado à meta de consolidar os Estados Unidos como exportador líquido de energia e converter o gás natural liquefeito em instrumento de barganha estratégica junto a aliados (Pecequillo; Jaeger, 2019). Pecequillo e Jaeger (2019) identificam, ainda, um paradoxo que relativiza a narrativa de autossuficiência energética: em 2017, os Estados Unidos permaneciam o maior consumidor mundial de petróleo, respondendo por 20,2% da demanda global, ao mesmo tempo em que ampliavam suas exportações a níveis recordes. Esse duplo papel de maior consumidor e maior produtor manteve Washington exposta a oscilações do mercado internacional: entre 2017 e 2018, o preço do petróleo *West Texas Intermediate* (WTI) subiu cerca de 30%, e a resposta do governo incluiu pressão direta sobre a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), resultando em um aumento de 500 mil barris diários na oferta acordado em junho de 2018 (Pecequillo; Jaeger, 2019). O episódio evidencia que a dominância energética, ainda em sua fase inicial, conviveu com formas adicionais de pressão sobre o mercado internacional, ampliando o repertório coercitivo que, décadas antes, sofria com limitações estruturais para sustentar sanções extraterritoriais. Tal limitação foi superada em maio de 2018, quando a saída unilateral do Plano de Ação Conjunto e Abrangente (JCPOA) firmado com o Irã (U.S. White House, 2018a) impôs,

sob o mesmo arcabouço jurídico do ILSA, sanções secundárias ao setor petrolífero iraniano, examinadas com mais detalhe na seção 3.2.1. A administração Trump passou a operar a partir de uma posição de crescente autossuficiência doméstica. Em 2019, os Estados Unidos tornaram-se exportadores líquidos de energia, o que eliminou o principal obstáculo e as razões estruturais para conter a coerção energética sobre fornecedores rivais. Somam-se a isso o reconhecimento explícito da China como rival sistêmico conforme a NSS 2017, o que confere urgência geopolítica à disputa por cadeias de suprimento, e também a articulação coordenada entre sanções, pressão militar e captura de mercados que caracteriza as intervenções na Venezuela, no Irã e na Europa, que serão descritos no capítulo seguinte.

2.5. A DOCTRINA DA DOMINÂNCIA ENERGÉTICA E A CHINA COMO RIVAL SISTÊMICO

A formalização contemporânea da estratégia energética norte-americana encontra expressão sistemática em quatro documentos estratégicos oficiais publicados ao longo dos dois mandatos Trump: a *National Security Strategy* (NSS) de 2017 (U.S. White House, 2017), a *National Defense Strategy* (NDS) de 2018 (U.S. Department of Defense, 2018), a *National Security Strategy* de 2025 (U.S. White House, 2025c) e a *National Defense Strategy* de 2026 (U.S. Department of Defense, 2026). A análise cuidadosa desses documentos auxiliam na identificação de uma estratégia arquitetada, descrita como dominância energética e já inicialmente formulada em 2017, sendo intensificada e operacionalizada nos anos subsequentes.

A NSS de 2017 inaugurou, de modo direto, o emprego do termo "*Energy Dominance*" como categoria estratégica. O documento afirma que, pela primeira vez em gerações, os Estados Unidos seriam uma nação energeticamente dominante, posição que designa simultaneamente sua centralidade no sistema energético global como produtor, consumidor e inovador, e sua capacidade de garantir mercados livres e infraestrutura resiliente (U.S. White House, 2017). A estratégia defende o aproveitamento integral dos recursos energéticos domésticos como carvão, gás natural, petróleo, fontes renováveis e energia nuclear. Também adota uma postura crítica em relação à agenda climática global, caracterizada como "agenda antidesenvolvimento" que seria potencialmente prejudicial aos interesses econômicos e energéticos norte-americanos. O documento prioriza, ainda, a promoção de exportações de energia, a redução de barreiras regulatórias para gasodutos e terminais de exportação, a modernização das reservas estratégicas

de petróleo e o investimento em tecnologias como reatores nucleares de próxima geração, baterias, captura de carbono e computação avançada.

A NSS de 2017 também já denomina a China como o principal competidor estratégico dos Estados Unidos. O texto afirma que, ao contrário do que os Estados Unidos esperavam ao longo de décadas, a China expandiu seu poder à custa da soberania de outros países, construindo o exército mais capaz e mais bem financiado do mundo após o norte-americano, com arsenal nuclear crescente e diversificado (U.S. White House, 2017). Logo, o documento retrata a competição com a China como "geopolítica entre visões de mundo livre e repressiva" e estabelece como objetivo a construção de um "Indo-Pacífico livre e aberto". A Venezuela, por sua vez, é mencionada no contexto da defesa do Hemisfério Ocidental, com o documento registrando que China e Rússia apoiam a ditadura venezuelana e buscam expandir laços militares e vendas de armas em toda a região (U.S. White House, 2017).

A NDS de 2018 consolida, no plano militar, o diagnóstico inaugurado pela NSS do ano anterior. O documento estabelece a China e a Rússia como as duas "prioridades principais" do Departamento de Defesa, classificando a China como potência revisionista que "busca hegemonia no Indo-Pacífico no curto prazo e o deslocamento dos Estados Unidos para alcançar proeminência global no futuro" (U.S. Department of Defense, 2018). A NDS de 2018 identifica como principal ameaça à segurança americana o retorno da competição com grandes potências, em especial China e Rússia. O Irã, por sua vez, é tratado como Estado pária: descrito como o maior desestabilizador do Oriente Médio e patrocinador do terrorismo, ao lado da Coreia do Norte (U.S. Department of Defense, 2018). Essa caracterização é coerente com a saída americana do *Joint Comprehensive Plan of Action* (JCPOA) em maio do mesmo ano e antecipa a política de pressão máxima que marcaria os anos seguintes.

Mais recentemente, a NSS de 2025 traz a retomada e o endurecimento das formulações de 2017, pois estabelece a substituição da retórica de transição energética limpa, defendida pelo governo Biden, pelo objetivo de restauração da dominância energética norte-americana em petróleo, gás, carvão e energia nuclear (U.S. White House, 2025c, p. 14). Como medidas convergentes de projeção de poder, define-se aumento das exportações de energia, o fortalecimento de laços com aliados e a redução da influência de adversários. Rejeita ainda o que caracteriza como ideologias de "mudança climática" e "emissões líquidas zero", descritas como prejudiciais à Europa e potencialmente favoráveis aos rivais dos Estados Unidos. Em termos de

política energética, a ênfase recai sobre oferta, exportações e influência de mercado, em detrimento de mecanismos regulatórios. O objetivo declarado é tornar os Estados Unidos detentores do setor energético mais robusto do mundo, capaz de se consolidar como uma indústria de exportação líder (U.S. White House, 2025c).

A NDS de 2026, adicionalmente, formaliza a leitura da China como principal rival sistêmico dos Estados Unidos, chegando a descrevê-la como o 'país mais poderoso em relação aos Estados Unidos desde o século XIX' (U.S. Department of Defense, 2026). A análise do CSIS destaca essa formulação como síntese da percepção oficial do desafio chinês como estrutural, e não meramente conjuntural (Cancian; Park, 2026). A estratégia formulada pelo documento citado é conduzida a partir da ideia de paz através da força ou *peace through strength*, na expressão em inglês. Significa que a estratégia norte-americana busca a manutenção da sua superioridade militar acima de confrontos diretos, pois essa abordagem permite que capacidade de dissuasão americana seja suficiente para driblar quaisquer tentativas chinesas de alterar o equilíbrio de poder internacional (Cancian; Park, 2026). A linha que une o documento atual à NDS de 2018 é nítida. Aquilo que o relatório anterior apontava como uma "competição estratégica de longo prazo contra potências revisionistas" transformou-se, quase uma década depois, em uma ameaça concreta. A China já não é vista apenas como um concorrente futuro, e sim como o adversário mais expressivo que os Estados Unidos enfrentam desde o século XIX.

Cancian e Park (2026) não tratam diretamente da conexão entre essa orientação estratégica e a dimensão energética; a análise dos autores concentra-se nas prioridades de defesa continental, na dissuasão à China e no realinhamento de alianças. Essa conexão está presente na seção 2.1: o controle da oferta energética, das rotas de transporte e dos mercados consumidores constitui instrumento de influência que reduz a necessidade do uso direto de força militar, lógica que a NSS de 2025 defende ao vincular a dominância energética doméstica ao fortalecimento de aliados e à redução da influência de rivais (U.S. White House, 2025c). Mesmo em um cenário de maior autossuficiência doméstica, crises no mercado global de petróleo preservam a capacidade de gerar inflação e instabilidade econômica interna nos Estados Unidos, o que mantém a segurança energética estruturalmente conectada à segurança nacional.

A análise do CSIS destaca ainda que a NDS de 2026 recua ligeiramente em relação ao discurso de menor prioridade regional adotado pela NSS de 2025, reconhecendo que o Irã e pode buscar reconstruir tanto seu programa nuclear quanto suas forças convencionais (Cancian; Park,

2026). O Irã, mesmo enfraquecido após os ataques de junho de 2025 contra à sua estrutura nuclear, examinados na seção 3.2.2, é considerado como uma ameaça relevante tanto pelo programa nuclear remanescente quanto pela influência regional, respondendo com o fortalecimento de Israel, o aliado ideal, e a cobrança de maior contribuição dos parceiros regionais (Cancian; Park, 2026). Ainda que a análise do CSIS não trate diretamente da dimensão energética dessa continuidade, a conexão entre a contenção do Irã e a contenção da China é examinada com sustentação empírica própria no capítulo 3 desta pesquisa, a partir da concentração das exportações remanescentes de petróleo iraniano no mercado chinês (seção 3.2).

A partir dos planos e posicionamentos divulgados nesses quatro documentos oficiais, a identificação consistente e progressiva da China como principal competidor estratégico está presente em todos, da NSS de 2017 à NDS de 2026 (U.S. White House, 2017; U.S. Department of Defense, 2018; U.S. White House, 2025c; U.S. Department of Defense, 2026). Já a doutrina da dominância energética é uma formulação específica das duas National Security Strategies: a NSS de 2017 a introduz como categoria estratégica, e a NSS de 2025 a retoma e explicita sua função de projeção de poder por meio da expansão das exportações energéticas americanas, tratando a manutenção do Estreito de Ormuz e do Mar Vermelho abertos como interesse vital permanente dos Estados Unidos (U.S. White House, 2025c). As Estratégias de Defesa Nacional, por sua vez, não mencionam energia diretamente, mas operacionalizam esse mesmo interesse por meios militares: a NDS de 2026 credita à Operação Rough Rider a restauração da liberdade de navegação para embarcações norte-americanas, ainda que sem vinculá-la explicitamente à dominância energética. Essa divisão de trabalho entre os documentos é coerente com a arquitetura institucional dos dois tipos de documento e corrobora a ideia de articulação entre dimensão energética e militar como um padrão estrutural da estratégia norte-americana.

3. TRÊS FRENTES DA ESTRATÉGIA ENERGÉTICA: VENEZUELA, IRÃ E UNIÃO EUROPEIA

Com o referencial do Realismo Ofensivo, a consolidação dos Estados Unidos como grande exportador de energia e a dominância energética como estratégia de poder já estabelecidos, este capítulo avança para uma análise mais operacional. O objetivo é procurar demonstrar que Venezuela, Irã e a União Europeia não configuram circunstâncias de crise isoladas, mas três frentes articuladas de uma mesma estratégia americana de reconfiguração das cadeias globais de suprimento energético, que apontam para a maximização do poder relativo dos Estados Unidos e para a contenção do avanço chinês no sistema internacional.

Essas três frentes que serão trabalhadas demonstram diferentes formas de instrumentalização e controle que convergem em um objetivo comum. Na Venezuela, ocorre a captura: os EUA assumem gradualmente o setor de petróleo de um vizinho estratégico que tem as maiores reservas do mundo. No Irã, a estratégia é a interdição: o sufocamento das exportações de um grande produtor que abastece a China, abalando o mercado de energia asiático, e simultaneamente o controle do trânsito das exportações que passam pelo Golfo Pérsico. Já na União Europeia, o foco é a substituição: quebra-se a antiga parceria energética entre russos e europeus, forçando o bloco a depender do gás e do petróleo americanos. Juntas, essas três ações operam de forma complementar e progressiva, com a finalidade de redirecionar o fluxo de hidrocarbonetos em favor do Hemisfério Ocidental e de atacar as opções de abastecimento do principal rival global de Washington.

3.1. VENEZUELA: A CAPTURA DO SETOR PETROLÍFERO COMO SEGUNDA RESERVA ESTRATÉGICA

A Venezuela ocupa uma posição singular na estratégia norte-americana, pois é detentora das maiores reservas comprovadas de petróleo do mundo, com cerca de 303 bilhões de barris, aproximadamente 17% do total global, concentrados na Faixa do Orinoco e predominantemente de óleo pesado (OPEC, 2025; EIA, 2024b). A capacidade produtiva do país é debilitada, e somando ao fato de que está sob a zona de influência hemisférica dos Estados Unidos, a Venezuela passa a ser mais um ativo a ser controlado do que um competidor. A posição da Venezuela na borda meridional da bacia do Caribe, a poucos dias de navegação das refinarias da Costa do Golfo (Figura 1), reforça essa condição de ativo acessível.

Figura 1 – Venezuela e a bacia do Caribe



Fonte: elaboração própria (base cartográfica: Natural Earth, domínio público).

A partir de uma interpretação realista ofensiva, trata-se de uma aplicação da doutrina de exclusão de potências rivais da vizinhança imediata da grande potência regional (Mearsheimer, 2014). Essa premissa é formalizada na NSS de 2025, que traz a retomada da Doutrina Monroe sob a denominação de "Corolário Trump", com a promessa de restabelecer o protagonismo e a dominância americana no Hemisfério Ocidental e barrar a influência de potências estrangeiras, impedindo-as de posicionar forças ou controlar ativos estrategicamente vitais na região (U.S. White House, 2025c, p. 15). Ou seja, a apropriação sucessiva do setor petrolífero venezuelano não busca suprir uma necessidade doméstica de fato, mas sim consolidar uma segunda reserva estratégica e subtrair da China uma de suas fontes de abastecimento. Ou seja, a apropriação sucessiva do setor petrolífero venezuelano não busca suprir uma necessidade doméstica de fato, mas sim de consolidar uma segunda reserva estratégica e subtrair da China uma de suas fontes de abastecimento.

Como ponto de partida observacional, temos dados que retratam o colapso produtivo venezuelano segundo a EIA, em que a produção de petróleo bruto da Venezuela caiu de cerca de 3,2 milhões de barris diários, em 2000, para 735 mil barris diários em setembro de 2023, deixando o país como décimo maior produtor da OPEP apesar de deter as maiores reservas do

mundo (EIA, 2023). A partir de então, com o alívio parcial das sanções e a retomada de operações por empresas estrangeiras, a produção recuperou-se de forma modesta, situando-se em torno de 893 mil barris diários em 2024. Ainda sim, no comparativo entre 2014 e 2024, há uma contração média de aproximadamente 9,8% na produção total de barris (inclui líquidos condensados e de gás natural) ao ano ao longo da década (Energy Institute, 2025). Outro dado elucidativo é a redução da capacidade de refino: o processamento efetivo nas refinarias venezuelanas despencou de 920 mil barris diários, em 2014, para 238 mil barris diários, em 2024, enquanto a capacidade nominal instalada permaneceu estável em 1.303 mil barris diários, o que implica uma taxa de utilização da ordem de apenas 18% (Energy Institute, 2025). Tais indicadores demonstram a perda de capacidade da Venezuela de transformar suas reservas (recurso de poder em potencial) em poder efetivo, tornando-se dependente de capital, tecnologia e mercados externos especialmente nos períodos sob pressão coercitiva norte-americana.

3.1.1 SANÇÕES À PDVSA (2019), LICENÇA GERAL 44 E O PAPEL DA CHEVRON

A estratégia de captura começa pela imposição, em janeiro de 2019, de sanções à Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) pela administração Trump. Naquele mês, o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros do Tesouro dos Estados Unidos (OFAC) incluiu a estatal venezuelana na lista de pessoas sancionadas, com base na Ordem Executiva 13850, bloqueando seus bens sob jurisdição norte-americana e proibindo, de modo geral, que cidadãos e empresas dos EUA negociassem com ela (U.S. Department of the Treasury, 2019). Ao cortar a PDVSA do sistema financeiro norte-americano e impedir as vendas normais à vista, a medida sufocou a principal fonte de receita do Estado venezuelano e forçou uma reorganização dos fluxos de exportação do país. Sem acesso ao dólar e ao mercado dos EUA, a Venezuela passou a vender petróleo sobretudo por meio de acordos de troca do produto por empréstimos com a China, que lhe concedera ao menos US\$ 60 bilhões em financiamento lastreado em petróleo entre 2007 e 2017, e passou a receber carregamentos de petróleo como forma de pagamento da dívida (Gallagher; Myers, 2023; USCC, 2026). Observando o destino dos barris, também temos essa confirmação de dependência entre China e Venezuela. A partir do relatório de análise de mercado da TD Securities, em 2024, cerca de 40% das exportações venezuelanas seguiam para a China e 35% para os Estados Unidos (MELEK et al., 2026). Outro relatório de análise de mercado, da Kpler, aponta que a China importou em torno de 389 mil barris diários de petróleo

venezuelano em 2025, aproximadamente 4% de suas compras marítimas globais de petróleo bruto (Falakshahi, 2026). Logo, com a captura do setor petrolífero venezuela, Pequim é privada de um fornecedor já estabelecido e é levada a buscar outras alternativas, possivelmente mais caras.

A progressão das licenças norte-americanas demonstra que a sanção funcionou como instrumento de forma flexível, não meramente punitiva. As importações dos EUA de petróleo venezuelano cessaram pouco depois de janeiro de 2019, mas, em novembro de 2022, o OFAC concedeu à Chevron uma autorização, nomeada de Licença Geral 41, para retomar as exportações de suas joint ventures com a PDVSA às refinarias da Costa do Golfo, o que se concretizou em janeiro de 2023 (U.S. Department of the Treasury, 2022; EIA, 2023). Quase um ano depois, em outubro de 2023, foi emitida a Licença Geral 44, que suspendeu temporariamente as sanções sobre os setores de petróleo e gás venezuelanos, expirando em abril de 2024, por não ter sido renovada (U.S. Department of the Treasury, 2023). Essas refinarias do Golfo são adequadas ao petróleo pesado venezuelano: a Citgo, subsidiária da PDVSA nos Estados Unidos, opera três delas: em Lemont, Lake Charles e Corpus Christi, com capacidade combinada superior a 800 mil barris diários, projetadas para processar óleo pesado (EIA, 2023). Já sob o segundo mandato Trump, a Licença 41 foi convertida em autorização de encerramento gradual, com prazo final em 27 de maio de 2025, e a Chevron recebeu, em julho de 2025, uma licença restrita que lhe permitia produzir, mas vedava que os recursos chegassem ao governo de Maduro (U.S. Department of the Treasury, 2025a).

3.1.2 A SUBSTITUIÇÃO DO MERCADO CHINÊS E A PRESSÃO INDIRETA SOBRE PEQUIM

O segundo eixo da frente venezuelana consiste no efeito cascata sobre a China. À medida que Washington avança sobre o setor petrolífero da Venezuela, Pequim é compelida a redirecionar sua busca por petróleo pesado e por arranjos de abastecimento seguros para outros fornecedores como a Rússia e Irã, ambos submetidos a pressão coercitiva norte-americana. Com a interrupção do fornecimento venezuelano, as refinarias independentes chinesas passaram a substituí-lo por petróleo iraniano e russo (Argus Media, 2026). Segundo investigação do U.S. House Select Committee on the Chinese Communist Party, a captura de Nicolás Maduro em janeiro de 2026, somada à retração prévia de compradores europeus, indianos e turcos do

petróleo russo, reduziu em poucas semanas o conjunto de compradores dispostos a adquirir petróleo sancionado à China. Com base em dados de rastreamento de petroleiros compilados pelo comitê, os importadores chineses teriam passado a absorver volumes crescentes de petróleo russo do grau Urals ao longo de janeiro de 2026, à medida que os exportadores russos, sem compradores alternativos, aceitavam descontos cada vez mais acentuados (U.S. House Select Committee on the Chinese Communist Party, 2026).

Configura-se, assim, um mecanismo de constrangimento indireto: o controle de um setor da cadeia de suprimentos chinesa reduz o volume disponível a Pequim e a fragilidade de suas alternativas, comprimindo simultaneamente três importantes fontes de petróleo afetadas por sanções ou ofensivas dos Estados Unidos. A lógica é coerente com a premissa realista ofensiva de que, sob anarquia e incerteza quanto às intenções futuras, importa menos o nível absoluto de segurança de cada potência e mais o diferencial de poder: ao encarecer e desestabilizar o abastecimento energético do rival, os Estados Unidos ampliam sua vantagem relativa ainda que incorram em custos próprios (Mearsheimer, 2014).

3.1.3 A MILITARIZAÇÃO DO CARIBE E A PRESENÇA NAVAL AMPLIADA

A terceira dimensão da frente venezuelana marca a transição das medidas de coerção econômica para a coerção militar direta. A *National Defense Strategy* de 2026 e a doutrina de dominância marítima formalizada no *Maritime Action Plan* dão respaldo institucional a uma presença naval ampliada no Caribe e ao tratamento da segurança hemisférica como prioridade estratégica (U.S. Department of Defense, 2026). A mobilização militar na região foi articulada sob a justificativa de combate ao narcotráfico, mas atende ao estrangulamento e à eventual captura do setor petrolífero venezuelano. Ainda, exemplifica a propensão estrutural do sistema à escalada descrita por Mearsheimer, em que instrumentos de pressão econômica cedem lugar a meios militares quando a grande potência julga que o equilíbrio regional de poder e o controle sobre recursos vitais estão em jogo (Mearsheimer, 2025). A presença naval ampliada cumpre, nesse sentido, função dupla: inibe eventuais fluxos venezuelanos para fora do circuito norte-americano e sinaliza a determinação de excluir potências extrarregionais como China e Rússia da vizinhança imediata dos Estados Unidos, em alinhamento com a doutrina histórica de hegemonia regional.

3.1.4 DA COERÇÃO À CAPTURA: A INTERVENÇÃO DE JANEIRO DE 2026 E A REABERTURA DO SETOR

Até 2025, havia majoritariamente uma pressão econômica e naval que, no início de 2026, converteu-se em uma escalada militar que resultou na captura do presidente Nicolás Maduro pelas forças dos Estados Unidos. A vice-presidente Delcy Rodríguez assumiu a presidência interina, e dias depois a Ordem Executiva 14373 formalizou o controle americano sobre o setor petrolífero venezuelano, instituindo a custódia do Tesouro dos Estados Unidos sobre suas receitas (U.S. White House, 2026a). A intervenção foi precedida por um instrumento de estrangulamento físico das exportações: desde meados de dezembro, um bloqueio total imposto pela administração Trump (U.S. White House, 2026b) que foi operacionalizado por sucessivas designações da Office of Foreign Assets Control (U.S. Department of the Treasury, 2026), deixando a Venezuela sem conseguir escoar milhões de barris, acumulados em navios e tanques de armazenamento. A captura gerou ganho energético e vantagens diretas para Washington, inclusive em um novo acordo energético que previu a comercialização, sob controle dos Estados Unidos, de entre 30 e 50 milhões de barris de petróleo venezuelano (U.S. Department of Energy, 2026). O acordo também revela a suspensão parcial de sanções, autorização para importação de equipamentos para os campos petrolíferos e aplicação de melhorias na rede elétrica venezuelana (U.S. Department of Energy, 2026).

A Ordem Executiva 14373, de 9 de janeiro de 2026, blindou juridicamente, sob custódia do Tesouro dos Estados Unidos, as receitas petrolíferas venezuelanas (U.S. White House, 2026a), e a Licença Geral 50A do Departamento do Tesouro passou a autorizar empresas como BP, Chevron, Eni, Repsol e Shell a operar no setor venezuelano apenas sob duas condições: que os contratos com a Venezuela determinem que a lei dos Estados Unidos os rege e que eventuais disputas sejam resolvidas em território norte-americano, e que os pagamentos sejam depositados em contas do Tesouro dos EUA (U.S. Department of the Treasury, 2026). Em paralelo, a Assembleia Nacional venezuelana aprovou, em 29 de janeiro, uma ampla reforma da Lei Orgânica de Hidrocarburos, concedendo a empresas estrangeiras autonomia para operar, exportar e vender petróleo mesmo como sócias minoritárias da PDVSA (Venezuela, 2026). Isto é, o controle superou questões territoriais e deu um passo para a jurisdição, impactando para além de onde o petróleo flui, como também sob quais leis ele é negociado. Em abril, a Chevron confirmou oficialmente uma permuta de ativos com a PDVSA que expandiu seu maior projeto, o

Petropiar, para o bloco Ayacucho 8, na Faixa do Orinoco, sob esse mesmo arcabouço, o que pode torná-la a maior produtora privada da região (Chevron, 2026).

Segundo a EIA, o ganho para Washington ocorre em um mercado saturado, com projeções de preços em torno de US\$ 56 por barril para 2026 (EIA, 2026c). Diante da autossuficiência americana, o controle sobre as reservas venezuelanas visa controlar o ativo e excluir o rival, reforçando a lógica de maximização de poder relativo e de exclusão de potenciais concorrentes da vizinhança descrita por Mearsheimer (2014).

3.2. IRÃ: PRESSÃO MÁXIMA, "OPERAÇÃO MARTELO DA MEIA-NOITE" E O ESTRANGULAMENTO DO CORREDOR ASIÁTICO

O Irã é o terceiro maior detentor de reservas de petróleo e o segundo de gás natural do mundo, e foi o quarto maior produtor de petróleo bruto da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 2023, com reservas provadas de 208,6 bilhões de barris ao final de 2024 (EIA, 2024a; OPEC, 2025). Devido a sua localização geográfica, não está na zona de influência hemisférica dos Estados Unidos como a Venezuela e não pode ser utilizado como reserva energética sob controle direto. Portanto, a estratégia energética norte-americana é aplicada através da interdição com sufocamento das exportações iranianas, que abastecem o mercado asiático e, principalmente, a China, que será afetada diretamente neste contexto. Anos de sanções isolaram de tal forma o petróleo iraniano que, em 2023, cerca de 90% de suas exportações de petróleo bruto e condensado tinham a China como destino, ante 25% em 2017 (EIA, 2024a). Logo, ao procurar estrangular as exportações iranianas, Washington ataca uma das principais linhas de abastecimento do seu rival sistêmico e busca assegurar vantagem nas rotas marítimas e nos instrumentos financeiros globais.

3.2.1 A SAÍDA DO JCPOA (TRUMP I) E A CONTINUIDADE DA POLÍTICA DE MÁXIMA PRESSÃO (TRUMP II)

A interdição contra o Irã é estruturada a partir do mesmo instrumento aplicado à Venezuela: sanções unilaterais de alcance extraterritorial. Seu marco inicial é a saída do Plano de Ação Conjunto e Abrangente (*Joint Comprehensive Plan of Action*, JCPOA), o acordo nuclear firmado em 2015 entre o Irã e o grupo P5+1, composto pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU mais a Alemanha, que concedera alívio de sanções em troca de

limites verificáveis ao programa nuclear iraniano. Em 8 de maio de 2018, por meio do *National Security Presidential Memorandum 11*, o presidente Donald Trump determinou a retirada dos Estados Unidos do acordo e a reimposição de todas as sanções suspensas em até 180 dias, processo que foi concluído em 5 de novembro daquele ano (U.S. White House, 2018b). A primeira fase proibiu o acesso do Irã ao dólar norte-americano e ao comércio de metais preciosos; a segunda atingiu diretamente o setor petrolífero e bancário. Tinha início, assim, a chamada campanha de máxima pressão, cuja meta era forçar Teerã a renegociar em termos mais favoráveis a Washington.

Os efeitos sobre as exportações iranianas foram significativos: antes da primeira rodada de sanções internacionais, em 2011, o Irã exportava cerca de 2,6 milhões de barris diários a compradores na Ásia e na Europa (EIA, 2015). Sob pressão estadunidense e a ameaça de sanções secundárias, parceiros tradicionais reduziram ou cessaram as importações, e o petróleo iraniano foi sendo empurrado para um destino cada vez mais afunilado. Em 2017, a China respondia por 25% das exportações iranianas de petróleo bruto e condensado; em 2023, essa participação havia saltado para aproximadamente 90% (EIA, 2024a). Como resultado da máxima pressão, além da redução da receita do Irã, o petróleo iraniano passou a ser um vetor de dependência chinesa e um ponto de pressão sobre o rival, dado que quase toda a exportação remanescente do Irã está nas mãos de Pequim. Logo, a finalidade das sanções ultrapassou a mera contenção do programa nuclear, mas mirou o controle dos fluxos de abastecimento que sustentam a ascensão da China.

Em 4 de fevereiro de 2025, já no segundo governo Trump, foi assinado um novo *National Security Presidential Memorandum* restaurando a máxima pressão sobre o Irã. O documento instrui o Departamento do Tesouro a impor pressão econômica máxima sobre o governo iraniano e determina ao Departamento de Estado que reduza a zero as exportações de petróleo do país, além de buscar a reativação das sanções internacionais pelos mecanismos da ONU (U.S. White House, 2025a). Tal medida afetará diretamente a rede de suprimentos que depende do regime de Teerã, em especial a China, e também reforça o caráter estrutural da política energética de Washington.

3.2.2 OS ATAQUES DE JUNHO DE 2025 À INFRAESTRUTURA NUCLEAR IRANIANA

Na noite de 21 para 22 de junho de 2025, os Estados Unidos executaram a Operação Martelo da Meia-Noite (*Operation Midnight Hammer*), atacando diretamente três instalações

nucleares iranianas: Fordow, Natanz e Isfahan. A ofensiva mobilizou cerca de 125 aeronaves e empregou, pela primeira vez em combate, a bomba antibunker GBU-57 (*Massive Ordnance Penetrator*): sete bombardeiros furtivos B-2 lançaram catorze dessas munições de aproximadamente 30.000 libras (cerca de 13,6 toneladas) sobre Fordow e Natanz, enquanto um submarino disparava mais de duas dúzias de mísseis Tomahawk contra Isfahan (U.S. Department of Defense, 2025; U.S. Air Force, 2025). O ataque foi precedido, desde 13 de junho, por uma campanha israelense contra os mesmos alvos e integrou o conflito de doze dias entre Israel e Irã, encerrado por um cessar-fogo mediado por Washington.

Embora o secretário de Defesa Pete Hegseth e o general Dan Caine tenham anunciado um êxito avassalador, ressaltaram que a avaliação de danos seguia em curso (U.S. Department of Defense, 2025). Para a estratégia energética, o sentido dos ataques está em sua função complementar: somam à sanção econômica um instrumento de força contra um dos principais fornecedores de petróleo da China. Como observa o Center for Strategic and International Studies (CSIS), a ofensiva validou o uso de operações militares preventivas como meio para conter rivais sistêmicos e evitar alterações no equilíbrio de poder (Cancian; Park, 2026). Apesar da dimensão energética não ser tratada diretamente pelo CSIS, há uma continuidade entre a contenção do Irã e a contenção da China, dada a concentração das exportações remanescentes de petróleo iraniano no mercado chinês conforme citado na seção 3.2.1 acima. Os ataques marcaram, assim, a passagem da pressão econômica ao uso direto da força, e a interdição do corredor iraniano passou a operar também no plano militar

3.2.3 O ESTREITO DE ORMUZ E O CHOQUE SOBRE AS CADEIAS ASIÁTICAS

O Estreito de Ormuz consiste no principal ponto de estrangulamento (*chokepoint*) do comércio mundial de hidrocarbonetos, por onde transitam aproximadamente 27% de todo o comércio marítimo de petróleo e derivados e cerca de 22% do comércio global de GNL (RATNER et al., 2026). A geografia do corredor explica sua centralidade: as exportações do Golfo Pérsico dispõem de uma única saída marítima, ladeada pelo litoral iraniano (Figura 2). Em 2024, esses fluxos corresponderam a cerca de 20 milhões de barris diários de petróleo — algo em torno de 20% do consumo mundial de líquidos petrolíferos (RATNER et al., 2026).

Figura 2 – O Estreito de Ormuz e o Golfo Pérsico



Fonte: elaboração própria (base cartográfica: Natural Earth, domínio público).

No que se refere ao gás natural, também há uma forte concentração de poder e vulnerabilidades associadas. Os países do *Gas Exporting Countries Forum* (GECF) detinham, em 2023, mais de 69% das reservas mundiais provadas lideradas por Rússia, Irã e Catar, e respondiam por 49% das exportações globais de GNL (GECF, 2024). O Catar, em especial, está entre os três maiores produtores mundiais de GNL, com 77,1 MTPA de capacidade de liquefação em 2024 — posição que, ao lado de Estados Unidos e Austrália, concentra mais da metade de toda a capacidade global instalada (IGU, 2025). Como praticamente toda a produção catariana é escoada por via marítima através do Estreito, e cerca de 24% dela se destina à China (RATNER et al., 2026), a dependência asiática desse único corredor é marcante e estrutural.

No segmento de gás, a concentração é bastante acentuada e concentrada em três principais exportadores: Rússia, Irã e Catar estão à frente das reservas mundiais e dominam o comércio de GNL (GECF, 2024), além de que o Catar escoar pelo Estreito praticamente toda a sua produção, cerca de 24% da qual se destina à China (RATNER et al., 2026). A diferença em relação ao petróleo é marcante, pois o gás não dispõe de reservas estratégicas nem de um sistema coordenado de resposta a emergências capaz de amortecer interrupções de oferta (RATNER et

al., 2026). Um choque no Estreito transmite-se, portanto, quase imediatamente aos preços do GNL, atingindo sobretudo os mercados asiático e europeu. Ainda, expõe uma vantagem norte-americana quanto à sua posição como exportador líquido de energia: o seu mercado interno é protegido dos choques de oferta expressivos no Golfo Pérsico, e a variação dos preços no gás nos Estados Unidos subiram apenas 7%, permanecendo relativamente estáveis. No mesmo período, entre 27 de fevereiro e 2 de março de 2026, os preços do gás natural na Ásia subiram quase 54%. No petróleo, o benchmark internacional Brent saltou 8% em torno do início das operações e, à medida que o conflito se prolongou, chegou a romper a marca dos US\$ 100 (RATNER et al., 2026).

O caso chinês sintetiza a dupla exposição que torna o Estreito um instrumento de pressão sobre o corredor asiático. A China é a maior importadora mundial de GNL (IGU, 2025) e também o principal destino do petróleo iraniano sob sanções (RATNER et al., 2026). Em 2024, o petróleo iraniano correspondeu, segundo cálculo próprio a partir do volume exportado pelo Irã à China (1.211 mil b/d) (OPEC, 2025, p. 46) e do total de importações chinesas de petróleo bruto naquele ano (11.072 mil b/d) (OPEC, 2025, p. 54), a cerca de 11% do total das importações de petróleo bruto da China; estimativas de mercado indicam que o conflito retirou de imediato quase um quinto da oferta global de GNL, forçando importadores asiáticos a buscar cargas substitutas nos Estados Unidos e na África Ocidental (AL FADHEL; FADHEL, 2026). Esse duplo vínculo articula-se diretamente com a política de "pressão máxima" formalizada na *National Security Presidential Memorandum* (NSPM) (RATNER et al., 2026). Estrangular o Estreito pressiona o abastecimento chinês em duas frentes simultâneas: aumento do preço do GNL vindo do Catar e obstrução do petróleo iraniano que Washington busca tirar do mercado.

A estratégia de estrangulamento do Estreito é, porém, uma via de mão dupla. Ira também demonstrou possuir a capacidade iraniana de sustentar um estrangulamento, apoiando-se em um arsenal diverso desde minas navais a mísseis antinavio, barcos rápidos e submarinos, historicamente suficientes para ameaçar o tráfego comercial no Golfo (RATNER et al., 2026). Entretanto, fechar o Estreito também traz implicações negativas a Teerã, dado que o Irã escoar por essa mesma via praticamente todo o petróleo que exporta: cerca de 2,1 milhões de barris diários, em sua quase totalidade destinados à China. Um bloqueio ou impedimento, ainda que parcial, sufocaria sua principal fonte de receita e poderia desgastar suas relações com

Pequim e com os vizinhos árabes do Golfo, igualmente dependentes da rota (RATNER et al., 2026).

Mesmo após a destruição de ao menos 17 embarcações iranianas na Operação *Epic Fury*, o tráfego comercial permaneceu paralisado devido ao medo de ataques e pelos prêmios de seguro de risco de guerra para navios na região que se multiplicaram de quatro a cinco vezes (RATNER et al., 2026). O Estreito não precisou ser fisicamente bloqueado, bastou a percepção de risco para que os efeitos fossem tão consideráveis quanto um bloqueio militar. Vale ressaltar que o Irã manteve o escoamento limitado de seu próprio petróleo, trazendo à tona questões geopolíticas que envolvem a zona de incerteza entre interdição e livre trânsito. Para a China, cujo abastecimento depende do mesmo corredor, Ormuz é mais do que uma rota comercial e passa a ser um ponto de pressão estratégica.

3.2.4 ISRAEL E O ACORDO LEVIATÃ–EGITO

Uma vez que o Estreito de Ormuz representa vulnerabilidade para o corredor energético americano, o Mediterrâneo Oriental surge como uma oportunidade de escoamento. Em pouco mais de uma década, Israel passou de importador de energia à exportador regional, impulsionado sobretudo pela exploração do campo de gás de Leviatã. O marco mais recente desse processo foi o acordo aprovado pelo governo israelense em dezembro de 2025, avaliado em cerca de US\$ 35 bilhões, com participação direta da norte-americana Chevron e parceiros israelenses no campo de Leviatã (Israel, 2025).

Já em 2019, a RAND Corporation identificava os gasodutos alternativos pelo Mediterrâneo Oriental que passam por Israel, Chipre e Grécia como um caminho para redução da dependência europeia do gás russo (DOBBINS et al., 2019). Não por acaso, a *National Security Strategy* de 2025 é explícita ao tratar da expansão das exportações energéticas americanas com o fim de aperfeiçoar relações com aliados parceiros e de restringir a influência de adversários (U.S. White House, 2025a). Como apontam Pecequillo e Jaeger, há décadas a energia funciona como moeda de barganha e instrumento de poder dentro da estratégia americana, e o gás do Mediterrâneo Oriental cumpre, no mercado europeu, função semelhante à do GNL exportado pelo Atlântico (Pecequillo; Jaeger, 2019).

Esse papel energético, contudo, é indissociável da função estratégica que Israel ocupa nos documentos de segurança do segundo governo Trump. A *National Security Strategy* de 2025

e a *National Defense Strategy* de 2026 descrevem Israel como aliado modelo e âncora de um eixo regional anti-Irã, a ser fortalecido com apoio americano seletivo e aprofundado via Acordos de Abraão (U.S. White House, 2025; Cancian; Park, 2026). A segurança israelense figura ao lado da liberdade de navegação em Ormuz e no Mar Vermelho entre os interesses permanentes dos Estados Unidos na região.

Articulam-se, assim, as duas faces da estratégia americana no Oriente Médio: a pressão sobre o Irã onera os fluxos que abastecem a Ásia, enquanto o fortalecimento de Israel consolida, no Mediterrâneo Oriental, uma fonte de gás integrada a interesses americanos e voltada ao mercado europeu. Em ambos os casos, a política de dominância energética está presente, especialmente no que se refere ao redesenho de rotas de abastecimento em favor de fontes alinhadas a Washington e ao uso da energia como instrumento de influência geopolítica.

3.3. EUROPA: A QUEBRA DO EIXO RÚSSIA–EUROPA E A CAPTURA DO MERCADO DE GNL

A tática norte-americana na Europa pode ser descrita como substituição, pois não se trata apenas de controlar um ativo energético ou de sufocar um fornecedor rival, mas de romper uma parceria energética consolidada — o eixo Rússia–Europa — e ocupar o espaço em questão. O movimento atende a dois objetivos simultâneos que se reforçam: priva a Rússia de seu principal mercado de exportação de hidrocarbonetos e vincula os aliados europeus a uma dependência crescente do gás e do petróleo norte-americanos. Sob a ótica do realismo ofensivo, fica nítida a lógica de maximização de poder relativo aplicada simultaneamente à contenção de uma grande potência rival e à subordinação energética de aliados (Mearsheimer, 2014).

3.3.1 GUERRA NA UCRÂNIA, SANÇÕES E NORD STREAM

Por décadas, o abastecimento energético europeu tinha uma relação de dependência com a Rússia, que até antes da invasão, em 2021, era o maior fornecedor de energia para a União Europeia e representava 45% de todo o carvão importado pela UE, 36% de todas as importações de gás natural e 25% de todas as importações de petróleo (Boehm; Wilson, 2023). A malha de gasodutos que atravessava o continente constituía o principal vetor de transporte energético entre a Rússia e a Europa. Em 2015, aproximadamente 39% do gás russo exportado para o continente transitava pelo território ucraniano, 30% pelo Nord Stream no Báltico rumo à Alemanha e 29%

pelo corredor bielorrusso (RAND, 2019). O gás russo era, portanto, a fonte energética mais barata e acessível disponível à Europa, e o sistema Nord Stream funcionava como seu principal canal de abastecimento. O traçado báltico contornava os países de trânsito e ligava diretamente produtor e consumidor final (Figura 3), o que explica tanto seu valor estratégico quanto sua vulnerabilidade. Essa dependência era especialmente pronunciada na Alemanha, cuja indústria se desenvolveu tendo o gás russo como insumo central (Virág; Tancsa, 2023).

Figura 3 – União Europeia, Rússia e o corredor báltico



Fonte: elaboração própria (base cartográfica: Natural Earth, domínio público).

A ruptura desse eixo foi um processo, não um evento isolado. Como demonstra Jong (2024), o desmonte do Nord Stream 2 resultou de uma série de medidas regulatórias, jurídicas e sancionatórias acumuladas, à qual se somou a invasão russa de fevereiro de 2022, que encerrou qualquer possibilidade de retomada. Quando explosões submarinas inutilizaram três dos quatro dutos dos sistemas Nord Stream 1 e 2 no Mar Báltico em setembro de 2022, o gasoduto já se encontrava, em termos políticos e regulatórios, inviabilizado. A sabotagem tornou física e

irreversível uma ruptura que vinha sendo construída por meios legais. As investigações de Suécia e Dinamarca foram encerradas em 2024 sem responsabilização formal, enquanto a apuração alemã segue em curso, apontando para uma célula de operadores ucranianos. Não obstante a indefinição quanto à autoria material, há consenso de que se tratou de sabotagem deliberada — classificação endossada inclusive pela OTAN que, em comunicado oficial do Conselho do Atlântico Norte, qualificou o episódio como resultado de atos deliberados, imprudentes e irresponsáveis de sabotagem e advertiu que qualquer ataque deliberado à infraestrutura crítica dos Aliados seria respondido de forma unida e determinada (OTAN, 2022). Essa postura foi reafirmada e institucionalizada no Comunicado da Cúpula de Vilnius, de julho de 2023, que estendeu explicitamente o compromisso de uma resposta unida e determinada à infraestrutura crítica submarina, anunciando o Centro Marítimo da OTAN para a tratar da Segurança da Infraestrutura Crítica Submarina, no âmbito do Comando Marítimo Aliado (MARCOM) (OTAN, 2023). Para a OTAN, a segurança energética é um fator essencial na segurança comum. Portanto, a crise energética intensificada pelo conflito entre Rússia e Ucrânia destacou a relevância do fornecimento de energia estável e da diversificação de rotas, fornecedores e fontes (OTAN, 2023).

Do ponto de vista estratégico, o destaque não está em quem executou a sabotagem, mas o resultado estrutural que foi consolidado em sequência. Para Virág e Tancsa (2023), o episódio Nord Stream vai além das dimensões energética e econômica: ele revela a lógica dos jogos de poder descritos pela geopolítica clássica, na qual o controle das rotas de abastecimento opera como instrumento de posicionamento entre potências. Os autores argumentam que tanto a paralisação quanto a posterior sabotagem do Nord Stream 2 se alinham aos objetivos geopolíticos históricos dos EUA de prevenir uma aliança russo-europeia capaz de formar um polo alternativo de poder na Eurásia, ao mesmo tempo que abrem espaço para a expansão das exportações americanas de GNL para o continente europeu (Virág; Tancsa, 2023).

O efeito imediato foi a substituição do fornecimento russo por importações de GNL majoritariamente norte-americano, que em condições normais de mercado não faria sentido econômico para os europeus, dado o custo superior do GNL transatlântico. A própria *National Security Strategy* dos EUA de 2025 reconhece que a guerra produziu o "efeito perverso" de aprofundar a dependência energética externa da Europa (U.S. White House, 2025a), a ponto de indústrias químicas alemãs instalarem plantas na China para acessar o gás russo. Configuram-se

assim os dois efeitos do conflito para Washington: a Rússia perde seu mercado mais lucrativo e a Europa converte-se em compradora do hidrocarboneto americano, conforme previsto, em seus traços essenciais, em um roteiro estratégico delineado pela RAND Corporation em 2019.

3.3.2 PREMEDITAÇÃO ESTRATÉGICA: O ESTUDO RAND (2019) E A ANTECIPAÇÃO DA DEPENDÊNCIA EUROPEIA

Se a destruição do eixo Rússia–Europa se consumou após 2022, sua formulação intelectual antecede o conflito em pelo menos três anos. Em 2019, a RAND Corporation publicou, a pedido do Exército dos Estados Unidos, o relatório *Extending Russia: Competing from Advantageous Ground*, cujo título sintetiza a lógica que o orienta: maximizar a posição relativa de poder norte-americana escolhendo o terreno em que o adversário é mais vulnerável. O documento trata a Rússia não como par, mas como rival assimétrico cuja maior fragilidade é uma economia dependente das exportações de energia, de modo que atacar essa base significa, simultaneamente, comprimir a capacidade militar de Moscou e a sustentação política do regime (DOBBINS et al., 2019), em plena convergência com o princípio de maximização de poder relativo do realismo ofensivo (Mearsheimer, 2014).

O capítulo dedicado às medidas econômicas coloca a energia no centro da estratégia. Duas delas são particularmente relevantes: dificultar as exportações de petróleo russas por meio da expansão da produção norte-americana, e reduzir as exportações de gás natural, obstruindo a expansão dos gasodutos russos. Dentre as opções listadas, está em primeiro lugar a interrupção do Nord Stream 2. Na matriz de avaliação do próprio relatório, a primeira medida é classificada com benefício alto, custo baixo e alta probabilidade de êxito; a segunda, com benefício alto e probabilidade média, evidenciando o peso atribuído ao vetor energético na estratégia de contenção (RAND, 2019).

A configuração que se materializou a partir de 2022 corresponde, em seus traços essenciais, a esse roteiro. O dado do Conselho da União Europeia, segundo o qual os Estados Unidos passaram a responder por cerca de 58% das importações europeias de GNL, com triplicação dos volumes entre 2021 e 2025 (Conselho da União Europeia, 2025), pode ser lido como a realização concreta da segunda medida. Há, contudo, uma diferença decisiva entre o plano e a execução, pois o relatório classificou essas ações como não violentas e de tempo de paz, e reconhecia que deslocar a Rússia do mercado europeu em condições normais seria caro e

improvável, o que sugere que apenas um contexto de guerra seria a porta de entrada para concretização da estratégia.

Nesse sentido, a execução posterior a 2022 não apenas replicou, mas ultrapassou o que estava previsto no relatório da RAND. No lugar da predição de medidas econômicas não violentas, a realidade registrou apoio militar massivo à Ucrânia, a destruição de infraestrutura energética e uma campanha de ataques contra refinarias e petroleiros russos. Tal intensificação excede o desenho original e ilustra a propensão estrutural do sistema à escalada, conforme descrito por Mearsheimer (2025). A continuidade estratégica, por fim, é notável: a mesma lógica de tratar a economia energética russa como vulnerabilidade explorável atravessa administrações sucessivas, conforme a leitura de Zhang (2022) sobre a consistência ofensivo-realista da política externa norte-americana. Sob Trump II, porém, privar Moscou de seu mercado deixa de ser o fim e o objetivo passa a ser ocupar esse espaço com o próprio GNL norte-americano, convertendo a contenção em dominância energética.

3.3.3 DE FORNECEDOR MARGINAL A DOMINANTE: A ASCENSÃO DO GNL AMERICANO NA EUROPA

A substituição prevista pela RAND e acelerada pela guerra resultou, em poucos anos, na conquista do mercado europeu de gás pelos Estados Unidos. Os números do Conselho da União Europeia deixam clara a dimensão dessa mudança: as importações de gás russo caíram de mais de 150 bilhões de metros cúbicos em 2021 para menos de 40 bilhões em 2025, enquanto as importações de GNL norte-americano triplicaram no mesmo período, fazendo dos Estados Unidos a origem de cerca de 58% de todo o GNL importado pelo bloco (Conselho da União Europeia, 2025). Considerando o total do gás importado pela União Europeia, a participação americana saltou de algo em torno de 6%, em 2021, para aproximadamente 26% em 2025 (Conselho da União Europeia, 2025). Em apenas quatro anos, os Estados Unidos deixaram de ser um fornecedor secundário e se tornaram o principal abastecedor de GNL da União Europeia e um pilar central de seu abastecimento energético. Logo, percebe-se que a substituição forçada evoluiu para uma dependência estrutural, que foi consolidada após o início da guerra entre Rússia e Ucrânia.

Essa captura de mercado foi formalizada a partir do acordo comercial entre os Estados Unidos e a União Europeia em julho de 2025, em que o bloco, para conseguir a redução das

tarifas americanas sobre produtos europeus para 15%, comprometeu-se a comprar US\$ 750 bilhões em energia dos Estados Unidos ao longo de três anos, a investir US\$ 600 bilhões em território americano até 2028 e a adquirir volumes expressivos de equipamento militar (U.S. White House, 2025b). O próprio comunicado oficial apresenta o acordo como um instrumento para ampliar a dominância energética americana e reduzir a dependência europeia de fornecedores rivais, com regras de origem que asseguram que os benefícios fiquem nos Estados Unidos, e não em terceiros países (U.S. White House, 2025b). O que começou como um deslocamento de mercado provocado pela guerra se converteu, desse modo, em um compromisso formal de longo prazo.

O cumprimento desse compromisso, entretanto, é amplamente questionado por institutos de pesquisa em política energética. O Institute for *Energy Economics and Financial Analysis* (IEEFA) classifica a meta como inatingível, argumentando que seu cumprimento exigiria que a União Europeia concentrasse cerca de 70% de suas importações de energia nos Estados Unidos, o que é incompatível com uma demanda por gás em declínio estrutural no continente (IEEFA, 2025). O *American Action Forum* (AAF) acrescenta a dimensão jurídica do problema de que o acordo carece de mecanismos de vinculação, visto que quem compra energia não é o bloco da União Europeia em si, mas seus Estados-membros e empresas privadas, que muitas vezes estão vinculadas a contratos de longo prazo com fornecedores como Noruega e Cazaquistão, tornando pouco provável o redirecionamento majoritário de compras para os Estados Unidos (AAF, 2025). Ainda que se considere a redução das importações de energia provenientes da Rússia de US\$ 124 bilhões, em 2022, para US\$ 25 bilhões, em 2024, a substituição integral desse montante por exportações americanas adicionaria apenas cerca de US\$ 20 bilhões anuais ao total de compras dos Estados Unidos, ainda muito distante da meta de US\$ 250 bilhões anuais prevista no acordo (AAF, 2025). Aqui, é possível realizar uma leitura geopolítica dos benefícios reais deste acordo, uma vez que os altos números são provavelmente inalcançáveis. Portanto, a vantagem principal de Washington estaria na formalização desta parceria e na representação de uma subordinação energética europeia.

Essa trajetória tende ainda a se aprofundar. Em janeiro de 2026, a União Europeia aprovou uma regulação que proíbe a importação de gás russo, seja por gasoduto ou na forma de GNL, a partir de março de 2026 e com vedação total prevista até o fim de 2027 (Conselho da União Europeia, 2025). Ao fechar essa porta, o bloco eliminou a alternativa russa e reduziu seu

leque de fornecedores. Projeções de mercado indicam que os Estados Unidos podem responder por cerca de dois terços do GNL europeu já em 2026, chegando a 75% ou 80% ao fim da década (IEEFA, 2026). O problema é que esse gás é, em média, o mais caro para os compradores europeus (IEEFA, 2026), reforçando o caráter coercitivo, e não apenas comercial da relação. Do ponto de vista geopolítico, os Estados Unidos conquistaram um mercado cativo e vincularam um aliado a uma dependência estrutural, mesmo que isso imponha custos reais ao próprio parceiro europeu.

3.3.4 A PRESSÃO SOB AS EXPORTAÇÕES RUSSAS E A FRONTEIRA ÁRTICA

Paralelamente à captura do mercado europeu de GNL, consolida-se uma dimensão coercitiva adicional dirigida à capacidade russa de exportar energia. Essa pressão se materializa por dois mecanismos que, embora distintos, atuam de forma convergente. O primeiro é a campanha de ataques com drones contra refinarias e terminais de exportação russos no Báltico e no Mar Negro. Ainda que conduzida pela Ucrânia, a ação recebeu apoio direto de Washington na forma de armamento de longo alcance, com o Departamento de Estado aprovando, em agosto de 2025, por meio da *Defense Security Cooperation Agency* (DSCA), a venda de mísseis de ataque de longo alcance (*Extended Range Attack Munition*) no valor de US\$ 825 milhões (DSCA, 2025). Configura-se, assim, um apoio norte-americano em capacidades e inteligência para habilitar uma campanha cujos efeitos recaem diretamente sobre a infraestrutura energética do adversário. O que torna a campanha estrategicamente relevante é sua eficiência: analisando 272 eventos de ataque confirmados ou suspeitos contra a infraestrutura energética russa entre 2022 e 2026, Collins (2026) demonstra que os drones ucranianos produzem efeitos econômicos concretos a um custo significativamente inferior ao da guerra aérea convencional, denominado pelo autor de "sanções cinéticas", visto que destroem fisicamente os ativos que as sanções financeiras apenas tentavam isolar. O segundo mecanismo é o endurecimento progressivo das sanções ocidentais, que forçou a maior parte do petróleo marítimo russo a circular por uma frota clandestina de embarcações operando à margem do sistema financeiro internacional.

Em janeiro de 2025, o Departamento do Tesouro dos EUA impôs sanções abrangentes sobre toda a cadeia produtiva russa: além de 183 embarcações identificadas como parte da frota-sombra, foram sancionadas as duas maiores produtoras russas, Gazprom Neft e Surgutneftegas, e mais de 30 prestadores de serviços de campo petrolífero e traders opacos de

petróleo russo registrados em jurisdições de alto risco (U.S. Department of the Treasury, 2025b), elevando o risco associado a toda a cadeia do comércio de petróleo russo, da extração ao escoamento. O *Centre for Research on Energy and Clean Air* (CREA) documentou os efeitos concretos dessas medidas: 113 navios russos operaram sob bandeiras falsas apenas nos primeiros nove meses de 2025, transportando cerca de 11 milhões de toneladas de petróleo, avaliadas em 4,7 bilhões de euros (CREA, 2025).

Desde a intensificação dos ataques ucranianos no intervalo de 23 a 31 de março, os carregamentos de petróleo bruto nos portos bálticos de Ust-Luga e Primorsk recuaram cerca de 53% em relação ao mesmo período do ano anterior (CREA, 2026a). Os ataques recorrentes à refinaria de Tuapse contribuíram para uma queda de 65% no volume exportado de produtos refinados entre janeiro e abril de 2026 (CREA, 2026b).

Em paralelo, a dependência da frota-sombra atingiu níveis recordes: em março de 2026, cerca de 48% do petróleo marítimo russo já era transportado por petroleiros-sombra sob sanções, proporção que subiu para 54% em abril (CREA, 2026a; 2026b). Essa dependência de embarcações clandestinas tornou-se um mecanismo de pressão crescente. No primeiro trimestre de 2026, forças navais de múltiplos países europeus realizaram operações coordenadas de abordagem e apreensão de navios da frota-sombra: forças especiais belgas, com apoio francês, interceptaram o petroleiro *Ethera* no Mar do Norte em março de 2026, enquanto a Guarda Costeira sueca deteve o *Caffa* e o *Sea Owl* no Báltico no mesmo mês. Trata-se de uma aplicação coercitiva multinacional e geograficamente dispersa, enquadrada na cooperação Nordic-Baltic 8++, e não de iniciativas nacionais isoladas (CREA, 2026a; USNI News, 2026).

Os dados de abril de 2026 revelam, contudo, um limite estrutural importante dessa estratégia de interdição. Embora os ataques ucranianos tenham reduzido em 24% o volume de exportações marítimas de petróleo bruto no mês, o preço do Urals — referência de preço do petróleo bruto exportado pela Rússia — subiu 19% no mesmo período, atingindo US\$ 112,3 por barril, mais que o dobro do teto estabelecido pelo G7 em US\$ 44,1 (CREA, 2026b). O fechamento do Estreito de Ormuz realocou a demanda global para o petróleo russo, comprimindo significativamente o desconto histórico do Urals frente ao Brent (CREA, 2026b). A interdição afetou os volumes exportados e aumentou os desafios logísticos, mas não estrangulou a receita russa, uma vez que a redução da oferta em meio aos preços elevados do petróleo compensou as dificuldades de escoamento, atenuando o impacto sobre as receitas de exportação do Estado

russo. Por este motivo, a proibição de serviços marítimos que a União Europeia vinha cogitando foi suspensa para evitar agravar a escassez global de oferta (CREA, 2026b), ilustrando os efeitos da crise iraniana. O efeito colateral dessa dinâmica é visível na estrutura das exportações russas: em abril de 2026, a China manteve-se como o maior importador global de combustíveis fósseis russos, respondendo por 41% das receitas de exportação da Rússia, o equivalente a 7,3 bilhões de euros, dos quais 75% correspondem a compras de petróleo bruto (CREA, 2026b). A China também lidera as compras de carvão russo, além do petróleo bruto. Logo, as exportações russas de combustíveis fósseis estão sobremaneira concentradas e, de certa forma, dependentes da China.

Cabe, por fim, uma distinção conceitual em relação à dimensão ártica. A missão Arctic Sentry, lançada pela OTAN em 11 de fevereiro de 2026 e coordenada pelo Comando de Forças Conjuntas de Norfolk, é uma atividade multidimensional de vigilância persistente, policiamento aéreo e resposta rápida, sem o perfil de uma operação militar permanente nem de um embargo naval ao petróleo russo (NATO ACO, 2026). A OTAN justifica a iniciativa pelo fato de o o Ártico passou a ser uma região estratégica e um ambiente de segurança em transformação, funcionando como corredor vital entre a América do Norte e a Europa, que abriga rotas marítimas e infraestrutura fundamentais à segurança transatlântica (NATO ACO, 2026). O posicionamento da OTAN está inclusive alinhado ao objetivo do *Maritime Action Plan* de reorientar o corredor energético global para o Hemisfério Ocidental (U.S. White House, 2025; NATO ACO, 2026). Pela ótica de Mearsheimer, negar à Rússia e à China um ponto de apoio energético e logístico em região adjacente à zona de influência norte-americana é uma forma de conter o poder relativo de seus rivais. Em conjunto, a captura do mercado europeu, a interdição das exportações russas e seus limites estruturais, evidenciados pela crise do Estreito de Ormuz, finalizam a frente europeia da estratégia americana e também apontam para a contenção da China, de forma semelhante ao que foi discutido nas demais frentes.

3.4. A CHINA COMO COMPRADOR DE ÚLTIMA INSTÂNCIA: A CONVERGÊNCIA EMPÍRICA DAS TRÊS FRENTES

A partir das considerações feitas neste capítulo, percebe-se que há um ponto de encontro materializado na figura de um único comprador. Em 2025, a China importou por via marítima cerca de 1,4 milhão de barris diários de petróleo russo, 852 mil barris de petróleo iraniano e 419

mil barris de petróleo venezuelano, totalizando 2,6 milhões de barris diários e aproximadamente um quarto de suas importações marítimas totais de petróleo (U.S. House Select Committee, 2026). O Comitê Seletivo sobre a China (*U.S. House Select Committee*) documentou que nove embarcações da frota-sombra apreendidas pelos EUA entre dezembro de 2025 e fevereiro de 2026 tiveram, segundo os registros de rastreamento, entregas de 37,9 milhões de barris de petróleo venezuelano, 20,3 milhões de petróleo iraniano e 11,1 milhões de petróleo russo a portos chineses (U.S. House Select Committee, 2026). Este destino em comum aponta para além de uma tendência mercadológica, revelando a vulnerabilidade estratégica que a dominância energética americana visa explorar do seu rival sistêmico.

O estreitamento gradual do mercado comprador resultou de dois movimentos simultâneos: de um lado, a saída de compradores tradicionais, refinarias europeias, Índia e Turquia; de outro, o enfraquecimento dos fornecedores sancionados concorrentes entre si. Juntos, esses dois movimentos concentraram os barris sancionados essencialmente em um único grande comprador (U.S. House Select Committee, 2026). Na frente venezuelana, por exemplo, o Comitê Seletivo demonstra que a China buscou além de uma relação comercial, mas também atuou como credora e investidora do país. Adicionalmente, o relatório do comitê expõe mecanismos de ocultação da origem do petróleo, por vezes através de sinais de rastreamento dos petroleiros falsificados, transferências de cargas em outras regiões ou nova rotulação de cargas, resultando em menos de 10% dos barris de origem venezuelana registrados como tais nos dados aduaneiros oficiais chineses, ainda que o rastreamento de embarcações identifique volumes muito maiores (U.S. House Select Committee, 2026). Mesmo antes da detenção de Maduro, o petróleo pesado Merey já era vendido à China com deságios de até US\$ 21 abaixo do Brent; após a Operação Resolução Absoluta, em janeiro de 2026, a Venezuela foi ainda mais marginalizada como fornecedora concorrente de petróleo pesado com desconto (U.S. House Select Committee, 2026).

Na frente iraniana, também ocorre a prática de ocultação comercial da origem do petróleo, através de transferências de navio a navio, reclassificação do petróleo e substituição de documentos logísticos. Para liquidação, a China utiliza dois mecanismos: disfarça a venda de petróleo como projetos de infraestrutura dentro do Irã, ou utiliza empresas de fachada e contas bancárias paralelas, adquirindo descontos entre US\$ 10 e US\$ 30 por barril (U.S. House Select Committee, 2026). A interdição das exportações ampliou progressivamente o desconto do petróleo iraniano ao longo de 2025, de cerca de US\$ 0,50 a US\$ 1 abaixo do Brent no início do

ano para US\$ 8 a US\$ 10 abaixo em dezembro, período em que a China já absorvia mais de 80% de todo o petróleo exportado pelo Irã (U.S. House Select Committee, 2026).

Por fim, no eixo Rússia-Europa, a retirada de compradores tradicionais do petróleo russo (refinarias europeias, Índia e Turquia) aumentou o desconto do Urals: negociado a cerca de US\$ 6 abaixo do Brent em meados de dezembro de 2025, mais que triplicou em poucas semanas, chegando a quase US\$ 20 abaixo até o fim do mesmo mês (U.S. House Select Committee, 2026). Por conseguinte, a China elevou suas importações marítimas russas a um recorde de 1,7 milhão de barris diários em janeiro de 2026 (U.S. House Select Committee, 2026). O comércio bilateral entre os dois países foi intensificado após uma parceria firmada em 2022, liquidando quantias expressivas em rublos e renminbi, dispensando o dólar, o euro e a rede SWIFT por meio de agentes financeiros em países parceiros (U.S. House Select Committee, 2026). O objetivo de ambos é reduzir a dependência do dólar norte-americano por meio de mecanismos paralelos, em busca de minimizar o contato dessas operações com o sistema financeiro controlado pelos Estados Unidos (U.S. House Select Committee, 2026). Em conjunto, as três frentes mostram que a concentração no comprador chinês não resulta de um mecanismo único, mas da convergência entre três rupturas de mercado distintas, cada uma com suas particularidades e sua própria linha do tempo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa avaliou como a atuação dos Estados Unidos em três contextos distintos esteve associada ao controle de cadeias globais energéticas, sendo analisada de forma qualitativa a partir de documentos oficiais e análises mercadológicas, e do Realismo Ofensivo como referencial teórico. Examinou-se a atuação dos governos Trump I e Trump II na aplicação de políticas energéticas e geopolíticas nos diferentes cenários referentes à Venezuela, Irã e Europa, além de como atingiram, indiretamente, o maior rival dos Estados Unidos atualmente: a China.

Observa-se, ademais, que essas políticas não surgem apenas no segundo mandato: intensificam direcionamentos já esboçados no primeiro governo Trump, configurando continuidade estratégica entre os dois períodos analisados, ainda que com instrumentos mais assertivos na fase atual. Analisou-se que o planejamento energético americano defende a política de dominância energética, presente nos documentos oficiais de NDS e NSS e evidenciado pela mudança na matriz energética americana e na dos países analisados no estudo: Venezuela, Irã e Europa. Tal mudança na composição de energia nos Estados Unidos gerou uma transformação que fortaleceu o mercado energético nacional com o aumento da produção de petróleo e GNL. Enquanto isso, a Europa, que passa pela atual guerra da Ucrânia e Rússia, viu-se compelida a buscar novos fornecedores energéticos, uma vez que o abastecimento russo foi interrompido após a escalada do conflito na região, ou seja, ocorreu a substituição do fornecimento russo no mercado europeu pelo americano. Já na Venezuela, após a prisão do Maduro, houve a captura do setor petrolífero venezuelano: passou a exportar muito mais petróleo e derivados para os Estados Unidos, onde o processo de refino é realizado para que o combustível seja então comercializado. Quanto ao Irã, a interdição das exportações iranianas no corredor do Golfo e o aumento de tensões na região envolveram ameaças e conflitos que culminaram no fechamento parcial do Estreito de Ormuz. Como consequência, houve efeitos econômicos internacionais de grande escala, aumento dos preços de barril de petróleo e de combustíveis em todo o globo e mudança nas rotas logísticas marítimas, com um desfecho final ainda incerto.

Os três casos apontam para a aplicação da teoria realista ofensiva, em que a ordem anárquica do sistema internacional leva os Estados, neste caso os Estados Unidos, a buscar sobrevivência como objetivo principal, a maximização de poder e, no plano regional, a consolidação da hegemonia sobre o Hemisfério Ocidental como pré-condição para a projeção de poder em escala global (Mearsheimer, 2010). Houve, portanto, busca por aumento do poder

energético, avanço no mercado europeu, domínio sobre a Venezuela e contenção no Golfo. Os dados levantados no capítulo 3 tornam esse efeito mensurável: em 2025, a China concentrou a compra do petróleo russo, iraniano e venezuelano sujeito a sanções, consolidando-se como uma espécie de comprador de última instância desses três fluxos simultaneamente (U.S. House Select Committee, 2026). Apesar de Pequim não ter sido um alvo direto nas três frentes analisadas, a articulação americana nos três casos converge para uma ação de contenção sistêmica da China, em que o controle americano sobre esses fluxos energéticos enfraquece a posição chinesa como consumidora expressiva dos mercados venezuelano e iraniano, em especial.

A energia é um meio material vital e a sua ampliação é essencial para a capacidade de sobrevivência dos Estados Unidos (Afonso da Silva, 2017). Logo, diante da falta de confiança frente aos rivais e da imprevisibilidade de ações e intenções dos Estados em meio à anarquia do sistema internacional, aplicam-se os instintos primitivos que resultam em conflitos e escalada de tensões (Afonso da Silva, 2017). Os acontecimentos na história da geopolítica e os conflitos atuais demonstram a aplicabilidade da teoria realista ofensiva, e as complexas relações entre Estados podem gerar novas tensões, crises, busca por poder, guerras comerciais e oscilações na geopolítica mundial, dada a incerteza sobre intenções futuras dos Estados, a capacidade militar ofensiva das grandes potências, o modelo anárquico do sistema internacional e a constante busca por sobrevivência pelos Estados racionais (Mearsheimer, 2014). Dessas premissas, originam-se os padrões comportamentais citados anteriormente: o medo mútuo, a autoajuda e a maximização contínua de poder, tornando, assim, a possibilidade da guerra uma variável constante (Mearsheimer, 2025). Em coerência com a previsão realista, o mundo viu a escalada de conflitos, como observado nos casos analisados na pesquisa, o que forçou os Estados a uma rápida adaptação diante dos desafios advindos das tensões e guerras atuais nos planos territorial, econômico, militar, jurídico e logístico. A coerção econômica abre caminho à pressão militar, o instrumento jurídico das sanções habilita a captura de mercados, e o controle logístico de rotas e estreitos converte vantagem geográfica em poder de barganha. Dessa forma, a disputa por poder relativo impõe aos governos o cálculo permanente de custos e riscos sob incerteza quanto às intenções alheias.

Reconhece-se, contudo, que o objeto permanece em curso: o segundo mandato Trump ainda se desenvolve e o desfecho da escalada no Golfo é incerto, o que impõe cautela quanto a conclusões definitivas sobre os efeitos de longo prazo da estratégia. Dentro desses limites,

conclui-se que os achados sustentam a hipótese inicial: a instrumentalização das cadeias globais de suprimentos energéticos operou, nos governos Trump I e II, como vetor de maximização de poder relativo através das políticas de dominância energética, de consolidação da hegemonia regional norte-americana e de contenção do principal rival sistêmico dos Estados Unidos.

REFERÊNCIAS

AFONSO DA SILVA, Daniel. E a tragédia continua. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 253-260, jan./abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3201012>.

AL FADHEL, Hessa; AL FADHEL, Latifa. GCC Energy Security Under Conflict: Strait of Hormuz Disruptions and Implications for Asian Energy Markets. **IAEE Energy Forum**, First Quarter 2026, p. 3-6, 2026.

AMERICAN ACTION FORUM (AAF). Is the \$750B U.S.-EU Energy Deal a Fantasy?. Washington, D.C.: AAF, 1 ago. 2025. Disponível em: <https://www.americanactionforum.org/insight/is-the-750b-u-s-eu-energy-deal-a-fantasy/>. Acesso em: 23 jul. 2026.

ARGUS MEDIA. Chinese refiners seek alternatives to Venezuelan crude. **Latest Market News**, 9 jan. 2026. Disponível em: <https://www.argusmedia.com/en/news-and-insights/latest-market-news/2771875-chinese-refiners-seek-alternatives-to-venezuelan-crude>. Acesso em: 22 jul. 2026.

BOEHM, Lasse; WILSON, Alex. EU energy security and the war in Ukraine: from sprint to marathon. Bruxelas: European Parliamentary Research Service (EPRS), fev. 2023. (Briefing, PE 739.362). Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2023/739362/EPRS_BRI\(2023\)739362_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2023/739362/EPRS_BRI(2023)739362_EN.pdf). Acesso em: 2 jun. 2026.

CANCIAN, Mark F.; PARK, Chris H. The 2026 National Defense Strategy by the Numbers: radical changes, moderate changes, and some continuities. Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies (CSIS), 27 jan. 2026. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/2026-national-defense-strategy-numbers-radical-changes-moderate-changes-and-some>. Acesso em: 16 maio 2026.

CENTRE FOR RESEARCH ON ENERGY AND CLEAN AIR (CREA). Flags of inconvenience: 113 vessels flying a false flag transported EUR 4.7 bn Russian oil in first three quarters of 2025. Helsinki: CREA, nov. 2025. Disponível em: <https://energyandcleanair.org/publication/flags-of-inconvenience-113-vessels-flying-a-false-flag-transported-eur-4-7-bn-russian-oil-in-first-three-quarters-of-2025/>. Acesso em: 8 jun. 2026.

CENTRE FOR RESEARCH ON ENERGY AND CLEAN AIR (CREA). March 2026a — Monthly analysis of Russian fossil fuel exports and sanctions. Helsinki: CREA, 13 abr. 2026. Disponível em: <https://energyandcleanair.org/march-2026-monthly-analysis-of-russian-fossil-fuel-exports-and-sanctions/>. Acesso em: 8 jun. 2026.

CENTRE FOR RESEARCH ON ENERGY AND CLEAN AIR (CREA). April 2026b — Monthly analysis of Russian fossil fuel exports and sanctions. Helsinki: CREA, 11 maio 2026. Disponível em: <https://energyandcleanair.org/april-2026-monthly-analysis-of-russian-fossil-fuel-exports-and-sanctions/>. Acesso em: 8 jun. 2026.

CHEVRON CORPORATION. Chevron Consolidates Venezuela Heavy Oil Position in Asset Swap. **Newsroom**, 13 abr. 2026. Disponível em: <https://www.chevron.com/newsroom/2026/q2/chevron-consolidates-venezuela-heavy-oil-position-in-asset-swap>. Acesso em: 22 jul. 2026.

COLEMAN, Lynn R.; GRAHAM, Thomas R. The Stars and Stripes Wherever: The Impact of Unilateral U.S. Economic Sanctions on the International Petroleum Industry. **Alberta Law Review**, v. 35, n. 2, p. 334-354, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.29173/alr650>. Acesso em: 15 maio 2026.

COLLINS, Gabriel. Quantifying Ukraine's Strikes on Russian Energy Infrastructure. Houston: Rice University's Baker Institute for Public Policy, 2 mar. 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.25613/FCZK-PF97>. Acesso em: 8 jun. 2026.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Where does the EU's gas come from? Bruxelas: Consilium, 2025. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/en/infographics/where-does-the-eu-s-gas-come-from/>. Acesso em: 15 maio 2026.

DOBBINS, James et al. Extending Russia: competing from advantageous ground. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2019. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR3063.html. Acesso em: 22 maio 2026.

FALAKSHAHI, Homayoun. Maduro captured: Venezuela's oil future at a crossroads. Kpler, 5 jan. 2026. Disponível em: <https://www.kpler.com/blog/maduro-captured-venezuelas-oil-future-at-a-crossroads>. Acesso em: 23 maio 2026.

GALLAGHER, Kevin P.; MYERS, Margaret. China-Latin America Finance Database. Washington, D.C.: Inter-American Dialogue; Boston University Global Development Policy Center, 2023. Disponível em: https://www.thedialogue.org/map_list/. Acesso em: 31 maio 2026.

GAS EXPORTING COUNTRIES FORUM (GECF). Annual Statistical Bulletin 2024. 8. ed. Doha: GECF, dez. 2024. Disponível em: <https://www.gecf.org/Portals/0/xBlog/uploads/2025/4/24/ASB2024.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2026

HEUCK, Lukas; KREYSEL, Mark-Alexander; SCHIFFER, Hans-Wilhelm. Geopolitics and Europe's Natural Gas Supply: Aspects and Consequences from a Gas and Electricity Markets Perspective. **Intereconomics**, v. 60, n. 6, p. 346-354, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.2478/ie-2025-0068>. Acesso em: 21 jul. 2026.

INSTITUTE FOR ENERGY ECONOMICS AND FINANCIAL ANALYSIS (IEEFA). Déjà vu as EU risks overreliance on one gas supplier. [S. l.]: IEEFA, 30 jul. 2025. Disponível em: <https://ieefa.org/resources/deja-vu-eu-risks-overreliance-one-gas-supplier>. Acesso em: 23 jul. 2026.

INSTITUTE FOR ENERGY ECONOMICS AND FINANCIAL ANALYSIS (IEEFA). European LNG Tracker. [S. l.]: IEEFA, 2026. Disponível em: <https://ieefa.org/european-lng-tracker>. Acesso em: 4 jun. 2026.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). World Energy Outlook 2025. Paris: IEA, 2025. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/world-energy-outlook-2025>. Acesso em: 10 jun. 2026. Licença: CC BY 4.0.

INTERNATIONAL GAS UNION (IGU). 2025 World LNG Report. [S. l.]: IGU, maio 2025. Disponível em: <https://www.igu.org/igu-reports/2025-world-lng-report>. Acesso em: 11 jun. 2026.

ISRAEL. Gabinete do Primeiro-Ministro / Government Press Office. Israel approves NIS 112 billion gas export deal to Egypt. Jerusalém, 17 dez. 2025. Disponível em: <https://www.gov.il/en/pages/israel-approves-nis-112-billion-gas-export-deal-to-egypt-17-dec-2025>. Acesso em: 2 jun. 2026.

JERVIS, Robert. Cooperation Under the Security Dilemma. **World Politics**, v. 30, n. 2, p. 167-214, 1978.

JOHNSON, Dominic D. P.; THAYER, Bradley A. The Evolution of Offensive Realism. **Politics and the Life Sciences**, v. 35, n. 1, p. 1-26, 2016.

JONG, Moniek de. Tracing the downfall of the Nord Stream 2 gas pipeline. **WIREs Energy and Environment**, v. 13, n. 1, e502, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/wene.502>.

MEARSHEIMER, John J. The Gathering Storm: China's Challenge to US Power in Asia. **The Chinese Journal of International Politics**, v. 3, n. 4, p. 381-396, 2010.

MEARSHEIMER, John J. The Tragedy of Great Power Politics. Updated ed. New York: W. W. Norton & Company, 2014.

MEARSHEIMER, John J. Bound to Fail: The Rise and Fall of the Liberal International Order. **International Security**, v. 43, n. 4, p. 7-50, 2019.

MEARSHEIMER, John J. War and International Politics. **International Security**, v. 49, n. 4, p. 7-36, 2025.

MELEK, Bart; GHALI, Daniel; MCKAY, Ryan; BHARADWAJ, Jayati. Oil Market Expectations Following the Venezuelan Intervention. Toronto: TD Securities, 7 jan. 2026. Disponível em: <https://www.tdsecurities.com/ca/en/venezuela-intervention-oil-expectations>. Acesso em: 4 jun. 2026.

NATO ALLIED COMMAND OPERATIONS (ACO). NATO announces Arctic Sentry: enhancing NATO's presence in the Arctic and the High North. Ramstein: NATO ACO, 13 fev. 2026. Disponível em: <https://ac.nato.int/archive/2026/nato-announces-arctic-sentry-enhancing-natos-presence-in-the-arctic-and-the-high-north>. Acesso em: 9 jun. 2026.

NATURAL EARTH. Admin 0 – Countries. [S. l.]: North American Cartographic Information Society, [20--]. Escala 1:50.000.000. Disponível em: <https://www.naturalearthdata.com>. Acesso em: 31 jul. 2026.

NOVIKAU, Aliaksandr; MUHASILOVIĆ, Jahja. Turkey's quest to become a regional energy hub: Challenges and opportunities. **Heliyon**, v. 9, n. 11, e21535, out. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2023.e21535>. Acesso em: 21 jul. 2026.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN). Statement by the North Atlantic Council on the damage to gas pipelines. Press Release (2022) 129. Bruxelas: OTAN, 29 set. 2022. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_207733.htm. Acesso em: 22 jul. 2026.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN). Vilnius Summit Communiqué. Bruxelas: OTAN, 11 jul. 2023. Disponível em: <https://www.nato.int/en/about-us/official-texts-and-resources/official-texts/2023/07/11/vilnius-summit-communicue>. Acesso em: 22 jul. 2026.

ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES (OPEC). Annual Statistical Bulletin 2025. Viena: OPEC, 2025. Disponível em: <https://www.opec.org/assets/assetdb/asb-2025.pdf>. Acesso em: 31 maio 2026.

ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES (OPEC). Monthly Oil Market Report. Viena: OPEC, 11 jun. 2026. Disponível em: <https://www.opec.org/assets/assetdb/momr-june-2026.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2026.

PECEQUILO, Cristina S.; JAEGER, Bruna Coelho. Os Estados Unidos: a geopolítica e a geoeconomia da energia. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 8, n. 1, p. 7-43, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2237-7743.2019.v8n1.03.p7>. Acesso em: 30 maio 2026.

RATNER, Michael et al. Iran conflict and the Strait of Hormuz: impacts on oil, gas, and other commodities. Washington, D.C.: Congressional Research Service, 11 mar. 2026. (CRS Report R45281, Version 6). Disponível em: <https://crsreports.congress.gov>. Acesso em: 2 jun. 2026.

SEGALL, Wynn H. Running on Empty: U.S. Economic Sanctions and Export Controls in 1997. **The International Lawyer**, Chicago, v. 32, n. 2, p. 271-286, 1998. Disponível em: <https://scholar.smu.edu/til/vol32/iss2/8>. Acesso em: 15 maio 2026.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. Geopolítica: do pensamento clássico aos conflitos contemporâneos. Curitiba: Intersaberes, 2017. 235 p. ISBN: 9788559723366.

U.S.-CHINA ECONOMIC AND SECURITY REVIEW COMMISSION (USCC). China-Venezuela Fact Sheet: A Short Primer on the Relationship. Washington, D.C.: USCC, 2026. Disponível em: <https://www.uscc.gov/research/china-venezuela-fact-sheet-short-primer-relationship>. Acesso em: 31 maio 2026.

U.S. DEFENSE SECURITY COOPERATION AGENCY (DSCA). Ukraine – Air Delivered Munitions. Washington, D.C., 28 ago. 2025. Disponível em: <https://www.dsca.mil/press-media/major-arms-sales/article-display/article/4289280/ukraine-air-delivered-munitions>. Acesso em: 15 jun. 2026.

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. Summary of the 2018 National Defense Strategy of the United States of America: Sharpening the American Military's Competitive Edge. Washington, D.C.: Department of Defense, 2018. Disponível em: <https://media.defense.gov/2020/May/18/2002302061/-1/-1/1/2018-NATIONAL-DEFENSE-STRATEGY-SUMMARY.PDF>. Acesso em: 23 maio 2026.

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. Secretary of Defense Pete Hegseth and Chairman of the Joint Chiefs of Staff General Dan Caine Hold a Press Conference. Washington, D.C., 22 jun. 2025. Disponível em: <https://www.war.gov/News/Transcripts/Transcript/Article/4222543/secretary-of-defense-pete-hegseth-and-chairman-of-the-joint-chiefs-of-staff-gen/>. Acesso em: 2 jun. 2026.

U.S. DEPARTMENT OF DEFENSE. National Defense Strategy. Washington, D.C.: Department of Defense, 2026. Disponível em: <https://media.defense.gov/2026/Jan/23/2003864773/-1/-1/0/2026-national-defense-strategy.pdf>. Acesso em: 15 maio 2026.

U.S. DEPARTMENT OF ENERGY. Fact Sheet: President Trump is Restoring Prosperity, Safety and Security for the United States and Venezuela. Washington, D.C.: Energy.gov, 7 jan. 2026. Disponível em: <https://www.energy.gov/articles/fact-sheet-president-trump-restoring-prosperity-safety-and-security-united-states-and>. Acesso em: 22 jul. 2026.

U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY. Office of Foreign Assets Control (OFAC). Treasury Sanctions Venezuela's State-Owned Oil Company Petroleos de Venezuela, S.A. Washington, D.C., 28 jan. 2019. Disponível em: <https://home.treasury.gov/news/press-releases/sm594>. Acesso em: 31 maio 2026.

U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY. Treasury Issues Venezuela General License 41 Upon Resumption of Mexico City Talks. Washington, D.C., 26 nov. 2022. Disponível em: <https://home.treasury.gov/news/press-releases/jy1127>. Acesso em: 17 maio 2026.

U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY. Office of Foreign Assets Control (OFAC). Issuance of Venezuela-related General Licenses and Associated Frequently Asked Questions [Licença Geral 44]. Washington, D.C., 18 out. 2023. Disponível em: https://ofac.treasury.gov/recent-actions/20231018_44. Acesso em: 17 maio 2026.

U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY. Office of Foreign Assets Control (OFAC). Notice of OFAC Sanctions Actions. **Federal Register**, Washington, D.C., 31 dez. 2025a. Disponível em: <https://www.federalregister.gov/documents/2025/12/31/2025-24067/notice-of-ofac-sanctions-actions>. Acesso em: 31 maio 2026.

U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY. Treasury Intensifies Sanctions Against Russia by Targeting Russia's Oil Production and Exports. Washington: OFAC, 10 jan. 2025b. Disponível em: <https://home.treasury.gov/news/press-releases/jy2777>. Acesso em: 8 jun. 2026.

U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY. Office of Foreign Assets Control (OFAC). Issuance of Amended Venezuela-related General License [Licença Geral 50A]. Washington, D.C., 18 fev. 2026. Disponível em: https://ofac.treasury.gov/recent-actions/20260218_33. Acesso em: 31 maio 2026.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA). Under sanctions, Iran's crude oil exports have nearly halved in three years. **Today in Energy**, Washington, D.C., 2015. Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=21792>. Acesso em: 31 maio 2026.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA). Venezuela's heavy crude oil output increases are limited following U.S. sanctions relief. **Today in Energy**, Washington, D.C., 23 out. 2023. Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=60762>. Acesso em: 31 maio 2026.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA). Country Analysis Brief: Iran. Washington, D.C., 10 out. 2024a. Disponível em: <https://www.eia.gov/international/analysis/country/IRN>. Acesso em: 31 maio 2026.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA). Venezuela: Country Analysis Brief. Washington, D.C., 2024b. Disponível em: <https://www.eia.gov/international/analysis/country/VEN>. Acesso em: 11 maio 2026.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA). U.S. energy facts explained: Imports and exports. Washington, D.C.: EIA, abr. 2025. Disponível em: <https://www.eia.gov/energyexplained/us-energy-facts/imports-and-exports.php>. Acesso em: 19 maio 2026.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA). Analysis & Projections: Annual Energy Outlook Retrospective 2025. Washington, D.C., 10 mar. 2026a. Disponível em: <https://www.eia.gov/outlooks/aeo/retrospective/>. Acesso em: 11 jun. 2026.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA). World Oil Transit Chokepoints. Washington, D.C., 3 mar. 2026b. Disponível em: https://www.eia.gov/international/analysis/special-topics/world_oil_transit_Chokepoints. Acesso em: 10 jun. 2026.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA). Short-Term Energy Outlook, January 2026. Washington, D.C.: EIA, 2026c. Disponível em: <https://www.eia.gov/outlooks/steo/archives/jan26.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2026.

U.S. HOUSE SELECT COMMITTEE ON THE CHINESE COMMUNIST PARTY. Crude Intentions: How China Became the Clearing Market for Sanctioned Oil. Washington, D.C., 14 fev. 2026. Disponível em:

https://chinaselectcommittee.house.gov/sites/evo-subsites/selectcommitteeontheccp.house.gov/files/evo-media-document/crude-intentions_final.pdf. Acesso em: 22 jul. 2026.

U.S. WHITE HOUSE. National Security Strategy of the United States of America. Washington, D.C.: The White House, dez. 2017. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf>. Acesso em: 15 maio 2026.

U.S. WHITE HOUSE. Executive Order Reimposing Certain Sanctions with Respect to Iran. Washington, D.C.: The White House, 6 ago. 2018a. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/presidential-actions/executive-order-reimposing-certain-sanctions-respect-iran/>. Acesso em: 3 jun. 2026.

U.S. WHITE HOUSE. National Security Presidential Memorandum-11: Ceasing United States Participation in the Joint Comprehensive Plan of Action and Taking Additional Action to Counter Iran's Malign Influence and Deny Iran All Paths to a Nuclear Weapon. Washington, D.C.: The White House, 8 maio 2018b. Disponível em: <https://www.govinfo.gov/content/pkg/DCPD-201800311/pdf/DCPD-201800311.pdf>. Acesso em: 20 maio 2026.

U.S. WHITE HOUSE. Fact Sheet: President Donald J. Trump Restores Maximum Pressure on Iran. Washington, D.C.: The White House, 4 fev. 2025a. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/fact-sheets/2025/02/fact-sheet-president-donald-j-trump-restores-maximum-pressure-on-iran>. Acesso em: 3 jun. 2026.

U.S. WHITE HOUSE. Fact Sheet: The United States and European Union Reach Massive Trade Deal. Washington, D.C.: The White House, 28 jul. 2025b. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/fact-sheets/2025/07/fact-sheet-the-united-states-and-european-union-reach-massive-trade-deal/>. Acesso em: 15 maio 2026.

U.S. WHITE HOUSE. National Security Strategy. Washington, D.C.: The White House, 2025c. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf>. Acesso em: 15 maio 2026.

U.S. WHITE HOUSE. Executive Order 14373 of January 9, 2026: Safeguarding Venezuelan Oil Revenue for the Good of the American and Venezuelan People. **Federal Register**, Washington, D.C., v. 91, n. 10, p. 2045-2047, 15 jan. 2026a. Disponível em: <https://www.federalregister.gov/documents/2026/01/15/2026-00831/safeguarding-venezuelan-oil-revenue-for-the-good-of-the-american-and-venezuelan-people>. Acesso em: 22 jul. 2026.

U.S. WHITE HOUSE. Fact Sheet: President Donald J. Trump Safeguards Venezuelan Oil Revenue for the Good of the American and Venezuelan People. Washington, D.C.: The White House, 9 jan. 2026b. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/fact-sheets/2026/01/fact-sheet-president-donald-j-trump-safeguards-venezuelan-oil-revenue-for-the-good-of-the-american-and-venezuelan-people/>. Acesso em: 22 jul. 2026.

VENEZUELA. Asamblea Nacional. Ley de Reforma de la Ley Orgánica de Hidrocarburos. **Gaceta Oficial Extraordinaria** n. 6.978, Caracas, 29 jan. 2026. Disponível em: <http://www.gacetaoficial.gob.ve/storage/2026/6978-2026-01-29-EXTRAORDINARIA.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2026.

VIRÁG, Attila; TANCSA, Gréta. Turbulent energy transformations in Central Europe: Nord Stream projects in the context of geopolitics. **Politics in Central Europe**, v. 19, n. 1, p. 113-144, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.2478/pce-2023-0006>.

WALTZ, Kenneth N. Theory of International Politics. Reading: Addison-Wesley, 1979.

ZHANG, Baohui. From Defensive toward Offensive Realism: Strategic Competition and Continuities in the United States' China Policy. **Journal of Contemporary China**, v. 31, n. 137, p. 793-809, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10670564.2021.2010885>.